O jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador: Edmundo Bittencourt

Edição impressa em Brasília

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - DISTRITO FEDERAL

Brasília, Sexta-feira, 13 a domingo, 15 de Novembro de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXV Nº 25.143 DF: R$ 4,00 Outros estados R$ 5,00

STF: Zanin nega segundo turno no Rio

CAPPELLI - PÁGINA 2

Senadores aprovam texto-base do ajuste fiscal

Sessão foi marcada por bate-boca com a oposição. Para aprovar, governo aceitou mudanças. E preocupou-se com o fogo amigo da própria base

PÁGINA 5 E CORREIO POLÍTICO PÁGINA 7

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Sessão foi tensa. Mas o pacote de ajuste foi aprovado

Dino mantém transição da 5x2, mas flexibiliza

Decisão do ministro levou em conta período especial de black friday e fim de ano. Precisa agora ser ratificada

PÁGINA 6

Valdemar e as dores do crescimento do PL

RUDOLFO LAGO PÁGINA 4



Fotografias, cartazes e registros de manifestações que marcaram a trajetória do **movimento LGBTI+** no Brasil ganham espaço em uma **exposição no Espaço Cultural Renato Russo,** na 508 Sul. A mostra do **Acervo LGBTI+ Leci Brandão** segue até 12 de dezembro, com **entrada gratuita.** Página 15

FERNANDO MOLICA

O RIO DE JANEIRO E A PARCERIA COM O CRIME

PÁGINA 4

VINICIUS LUMMERTZ

BRASIL ESTÁ ORGANIZADO CONTRA O TRABALHO

PÁGINA 8





CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

ROSINEI COUTINHO/STF



Cristiano Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas o funcionamento das seções eleitorais

Zanin enfim acerta ao reconhecer o limite do STF sobre decisões da Justiça Eleitoral

■ A atuação do ministro Cristiano Zanin (STF) nas eleições de 2026 expõe duas posturas distintas diante da fronteira entre o Supremo e a Justiça Eleitoral. Se no segundo turno da disputa presidencial Zanin assumiu um papel de protagonismo extremo — interferindo diretamente na organização do pleito ao determinar a extensão do horário de votação em todo o país até as 19h —, no impasse sobre o governo do Rio de Janeiro o ministro adotou o caminho oposto e acertou ao frear a judicialização.

■ No domingo do segundo turno presidencial, em 25 de outubro, diante de relatos de dificuldades no transporte público apresentados pelas campanhas à Presidência, Zanin decidiu monocraticamente ampliar por duas horas (até as 19h, no horário de Brasília) o funcionamento das seções eleitorais que ainda estavam abertas às 17h em território nacional.

■ A medida colocou o STF no centro operacional da votação e atropelou o rito ordinário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão constitucionalmente encarregado de conduzir e gerir o processo eleitoral. O episódio alimentou críticas sobre o avanço do Supremo em atribuições típicas da Justiça especializada.

■ Agora, no entanto, ao analisar a ação movida pelo diretório nacional do Partido Social Democrático (PSD) — legenda de Eduardo Paes — para tentar forçar a realização de um segundo turno contra Douglas Ruas (PL) no Rio de Janeiro, Zanin demonstrou senso de limite institucional.

■ Nesta quinta-feira (12), o ministro indeferiu o pedido de liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1362, que buscava suspender os efeitos da decisão do TSE responsável por anular os 274.411 votos de Anthony Garotinho (Republicanos) e recalcular os percentuais do primeiro turno — retotalização que elevou Ruas de 49,27% para 50,88% dos votos válidos e garantiu sua eleição ainda na primeira etapa.

■ Ao negar a liminar, Zanin deixou claro que o Supremo não pode ser usado como uma instância recursal paralela para rever decisões concretas da Justiça Eleitoral. Na avaliação do relator, a ADPF é uma via processual inadequada e não serve como atalho para impugnar pronunciamentos específicos do TSE.

STF rejeita por unanimidade pedido de Eduardo Bolsonaro para derrubar mandado de prisão

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eduardo Bolsonaro está nos EUA

■ A Segunda Turma do STF rejeitou, por unanimidade, um recurso apresentado pela defesa de Eduardo Bolsonaro para tentar derrubar o mandado de prisão expedido contra ele pelo ministro Alexandre de Moraes. O julgamento ocorreu em sessão virtual encerrada na terça-feira (10) e manteve a decisão do ministro Dias Toffoli, que havia barrado o habeas corpus apresentado pelos advogados.

■ Eduardo foi condenado a 4 anos e 2 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelo crime de coação no curso do processo, previsto no artigo 344 do Código Penal. A defesa buscava suspender os efeitos do trânsito em julgado da condenação, certificado em 5 de outubro, e os atos determinados por Moraes dois dias depois.

■ Entre os pedidos apresentados estavam o recolhimento do mandado de prisão, sua retirada do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) e a suspensão da ordem de cancelamento dos passaportes do ex-deputado.

■ Os advogados também solicitaram que, caso a prisão fosse mantida, Eduardo fosse intimado para iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto. Na ausência de vaga adequada, pediram a possibilidade de prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

■ Em decisão de 19 de outubro, Toffoli negou seguimento ao habeas corpus por entender que a jurisprudência do STF não admite esse tipo de ação contra decisões individuais de ministros da própria Corte.

■ O ministro ressaltou que possui entendimento pessoal diferente, mas afirmou que seguiria a posição predominante do tribunal.

■ "Ressalvo meu entendimento pessoal, porém, à luz do princípio da colegialidade, inadmito a impetração por aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606/STF", escreveu.

■ A defesa recorreu da decisão, mas os integrantes da Segunda Turma acompanharam Toffoli e rejeitaram o agravo regimental por unanimidade.

TCU reconhece falta de dados sobre gastos de Janja com aviões da FAB mas descarta nova auditoria

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que não dispõe de dados consolidados sobre os gastos com aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) utilizadas para atender à agenda da primeira-dama Janja, esposa do presidente Lula. Apesar da ausência dos valores, a área técnica do tribunal propôs encerrar o processo sem realizar uma nova auditoria para calcular as despesas.

■ A informação consta do processo no Tribunal que analisa um pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, apresentado a partir de requerimento do deputado Evair Vieira de Melo (PP).

■ No documento, o TCU admite que a fiscalização anterior não calculou o montante gasto com aeronaves da FAB para atender à primeira-dama e sua equipe. O tribunal analisou a legalidade da utilização dos aviões militares, mas não realizou um levantamento contábil dos custos.

■ Segundo o relatório, a obtenção dos valores exigiria uma fiscalização mais abrangente, incluindo despesas diretas e indiretas dos deslocamentos e informações de diferentes órgãos federais.

■ "Um posicionamento completo nos exatos termos quantitativos e comparativos pretendidos pela CFFC dependeria da instauração de procedimento fiscalizatório de escopo ampliado", afirma o documento.

■ A ausência de dados consolidados também atinge os salários e benefícios dos servidores que prestam apoio a Janja desde 2023. O TCU não apresentou o custo total dessa estrutura nem comparou as despesas com as de primeiras-damas de governos anteriores.

■ O relatório também aponta que passagens e diárias podem ser custeadas por diferentes órgãos, como a Casa Civil, ministérios relacionados aos eventos e entidades responsáveis pelos convites, conforme a natureza dos compromissos.

■ Apesar das lacunas, a área técnica considerou suficiente uma decisão anterior do TCU que não identificou elementos de irregularidade capazes de justificar o aprofundamento da fiscalização. Com isso, propôs comunicar as conclusões à Câmara e encerrar o processo, sem recomendar uma nova auditoria para consolidar os gastos.

PINGA-FOGO

■ **DOUGLAS RUAS COMANDA PESSOALMENTE REUNIÃO DE TRANSIÇÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA E LEVA NOVOS TITULARES - A reunião de segurança pública do grupo de transição do governo do Rio, que estava prevista para esta quinta, 12, foi transferida para sexta feira, 13, já que o governador eleito Douglas Ruas fez questão de participar pessoalmente e levar o novo secretário de Segurança Pública, Lauro César Lethier Rangel.**

■ Rangel participará da reunião levando a sua futura assessora especial, a Coronel Reis Santos e o futuro chefe de Polícia, delegado Robson da Costa Ferreira da Silva, atual controlador da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

■ **MINISTÉRIO PARA PAES SÓ NA COTA PESSOAL DE LULA - O ex-prefeito Eduardo Paes volta a ser lembrado para ministro do Presidente Lula. Como o PSD deverá ter a pasta da Cidades, que tem como primeiro candidato o próprio presidente do partido, Gilberto Kassab, o ministério destinado a Paes será da cota pessoal do próprio Lula.**

■ A pasta do Turismo fica longe do radar do próprio Eduardo Paes e de Marcelo Freixo do PT. Ela deverá continuar nas mãos do União Brasil no acordo selado entre os presidentes Antônio Rueda (União) e Edinho Silva (PT).

■ **O DESTINO DE PEDRO PAULO EM 2027 - Dentro da reforma administrativa na Prefeitura do Rio, haverá uma redução de secretarias e a criação de uma super pasta, para abrigar o deputado federal Pedro Paulo, que ficou sem mandato.**

■ A primeira opção de PP é continuar em Brasília. Se Eduardo assumir um ministério, ele poderá ser o secretário-geral, o equivalente a vice-ministro.

■ **Na prefeitura, Pedro Paulo voltará a ter o status de primeiro-ministro, cuidando da Fazenda e do Planejamento, como já fez anteriormente.**

■ TURISMO E CULTURA JUNTOS NO GOVERNO DOUGLAS RUAS - Dentro do enxugamento de secretarias no Governo de Douglas Ruas, deverá haver a união das pastas do Turismo com a Cultura, fórmula que deu certo em vários estados, inclusive em Minas. No governo Bolsonaro, o ministério do Turismo e da Cultura estiveram juntos.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

Judiciário e agronegócio debatem aplicação da legislação em Fórum Nacional no CNJ

O corregedor-geral da Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Cláudio Brandão, participou, na última quinta-feira, 12/11, em Brasília, do Diálogo Nacional do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Brandão integrou a mesa com o tema "Acesso à recuperação judicial, documentação e contestação prévia", ao lado de magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), como a desembargadora Monica Di Piero, a juíza Carolina Rossy e a Juiza Clarissa Somesom Tauk, Juíza Auxiliar do CNJ e secretária-geral do Fonaref.

CM



O presidente da mesa desembargador Cláudio Brandão com a desembargadora Mônica Di Piero e as juízas Clarissa Tauk e Caroline Rossy

O encontro reuniu representantes do Judiciário, do agronegócio e de instituições públicas para debater a aplicação da legislação e os desafios da insolvência no campo, além de questões relacionadas à recuperação empresarial e às falências.

Sesc Natal RJ abre temporada de celebrações com árvore de 33 metros em Petrópolis

O presidente do Sistema Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, participou nesta quarta-feira (11) da abertura do Sesc Natal RJ 2026, no Centro Cultural Sesc Quitandinha, em Petrópolis. A cerimônia marcou o acendimento de uma árvore de 33 metros, com 42,7 mil pontos de luz. A programação inclui atrações culturais e iluminação temática em 44 municípios fluminenses, com celebrações até 6 de janeiro de 2027, reunindo famílias e visitantes em diversas localidades.

SESC RJ



Presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio participou do acendimento da árvore

CM



FOTOS TRE-RJ



Novo cálculo dos quocientes alterou a composição parlamentar para deputado estadual, mas manteve a de deputado federal



Sob a presidência do desembargador Claudio de Mello Tavares, o TRE-RJ revisou a situação de 26 candidatos a deputado federal e estadual, convertendo registros pendentes em deferimentos ou indeferimentos

Retotalização no TRE-RJ elege Luiz Antonio Martins para a Alerj; PL perde uma cadeira

A retotalização de votos das Eleições 2026 realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), nesta quinta-feira (12), no auditório do Palácio da Democracia, tornou eleito Luiz Antonio Martins (Federação PSDB/Cidadania) para deputado estadual. Com o novo cálculo, o Partido Liberal (PL) perdeu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e passou a ter Felipe Ferreira como 1º suplente. A alteração é para a próxima legislatura. Não houve nenhuma mudança de cadeira para o cargo de deputado federal no estado do Rio.

O edital com a lista das(os) candidatas(os) foi publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) 302 páginas 21 e 22, disponível no site do TRE-RJ, bem como consta dos autos da Apuração de Eleição.

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Valdemar no PL sente as dores do crescimento

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, ficará montado numa grana que vai se aproximar de R$ 1 bilhão. Nas eleições deste ano, o PL já era o partido com maior montante de recursos do Fundo Partidário: R$ 881,6 milhões. Em 2022, elegeu 106 deputados. Agora, foram 121. Como é a partir daí que se faz o cálculo da divisão da bolada entre os partidos, o valor destinado ao PL será, então, ainda maior.

Quando herdou a legenda de Álvaro Valle, o PL era um partido de porte médio. Valdemar transformou-o no maior partido do país, mas agora parece sentir as dores desse crescimento. Como aqueles adolescentes que crescem demais e começam a sentir dores ósseas e musculares, Valdemar tem tido problemas para continuar comandando o PL como sempre comandou. Para não perder poder, ele sempre centralizou nele as decisões. Sente agora o peso da idade – está com 77 anos – e a complexidade de administrar um partido que cresceu demais e a partir da adesão de um líder que não é ele, mas o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A todo momento, então, o pragmatismo que sempre marcou a tática política de Valdemar se choca com o modelo mais ideológico de extrema direita e do bolsonarismo. De novo, isso acontece agora na discussão sobre como o PL irá atuar na sucessão do Congresso em fevereiro do ano que vem.

Embora tenha conquistado as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado, o PL não largou bem na discussão sobre quem irá comandar as duas Casas. Na Câmara, foi completamente atropelado pela composição que o atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), montou para se reeleger.

Pragmático, Valdemar tenta convencer o partido que não parece haver, a essa altura, saída que não seja acabar compondo também com Hugo Motta. As regras da Câmara determinam que a eleição é para a Mesa Diretora. Ou seja, os cargos são distribuídos entre os partidos que compõem a chapa vencedora. E para as comissões os cargos são distribuídos a partir dos blocos formados. E os partidos que apoiam Motta formarão um imenso bloco a seu favor.

Assim, se o PL resolver lançar um candidato contra Hugo Motta, ficando fora da sua chapa, corre o risco de perder tudo. Valdemar tenta convencer a bancada que esse risco envolveria algo em torno de cem cargos na estrutura da Câmara.

Contra essa visão pragmática, porém, há os interesses políticos e ideológicos. Primeiro, pode haver uma resistência do governo Luiz Jnácio Lula da Silva (PT) em compor a chapa de Hugo Motta se também lá estiver o PL. E, pelo lado do PL, da mesma forma há essa avaliação sobre se é conveniente estar no Congresso numa mesma composição que o PT.

Valdemar tem comando sobre os pragmáticos que sempre estiveram com ele no PL. Mas não comanda os ideológicos. Seu problema hoje: ninguém os comanda. A referência é o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas ele está em prisão domiciliar. E Valdemar só pode vê-lo e pedir alguma interferência se tiver autorização para isso do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Os dois filhos de Bolsonaro que atuam na articulação política – Flávio e Eduardo – optaram por viver nos Estados Unidos. E não têm muito diálogo com Valdemar. O presidente do PL tem diálogo com Michelle. Mas o clã não a considera muito como parte da família nem ela tem muito gosto por um tipo de articulação, digamos, mais coletiva. Sem contar que vem sendo seduzida a trocar o PL pelo Republicanos.

Valdemar está como aquele garoto que cresceu e vai se tornar craque no basquete. Tende a brilhar. Mas, até lá, esse crescimento traz problemas e, às vezes, dói um bocado...

FERNANDO MOLICA

Jornalista

Rio de Janeiro: a parceria no crime

Ao cravar que 32,2% dos moradores do Estado do Rio vivem em áreas dominadas por organizações criminosas, o Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão oficial, delimitou o tamanho de uma tragédia que ameaça nossa democracia e nossa soberania.

Um poder que jamais teria sido conquistado e consolidado sem que houvesse estímulo, parceria e cumplicidade de agentes do Estado — é inimaginável que bandidos conquistassem tamanha relevância sem a existência de uma espécie de PPP, parceria público-privada.

A experiência, infelizmente abadonada, das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) revelou o óbvio: o Estado brasileiro era capaz de, com facilidade, retomar territórios ocupados por quadrilhas, por mais armadas que estivessem.

A lenda de que tais espaços eram inexpugnáveis não passava de uma tentativa de deixar tudo como estava, uma estratégia que escondia interesses dos que lucram com o processo de submissão de mais de cinco milhões de fluminenses.

E até risível achar que o Estado brasileiro — com suas polícias e forças armadas — seria incapaz de retomar comunidades localizadas e delimitadas. A exaltação do poder dessas organizações servia e serve para impedir qualquer mudança, para manter a rotina de operações sangrentas e inúteis, para simular combates.

Uma lógica que mantém — como foi dito há alguns anos — a polícia como uma espécie de agência reguladora do tráfico. Dados disponíveis na página do Ministério Público do Rio mostram que, entre junho de 2020 e setembro de 2026, as polícias fluminenses realizaram 5.895 operações em favelas; praticamente, mil por ano, 80 por mês, 2,6 por dia: ao longo desse tempo, o poder das organizações criminosas apenas cresceu.

O resultado do bangue-bangue disfarçado de combate ao crime não representa, porém, um fracasso, mas o sucesso das várias versões de PPPs estimuladas por políticos que promovem matanças periódicas para assim esconderem sua cumplicidade com o crime.

As prisões de figuras de destaque da política brasileira suspeitas de ligações com bandidos — como os ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara de São Paulo — são, para usar a velha imagem, pontas de icebergs.

Rodrigo Bacellar e Milton Leite, os dois presos, não podem ser considerados representantes da maioria dos parlamentares brasileiros, mas estão longe de se constituírem em casos isolados. Não conquistariam posições tão importantes se não estivessem articulados com muitas outras pessoas, inclusive com outros políticos que adoram engrossar a voz contra bandidos que tanto cultivam nos bastidores.

A aprovação da PEC da Segurança Pública dá ao presidente Lula (PT) instrumentos que, segundo ele, são capazes de interromper o sequestro do país por bandidos de diversos calibres. Resta saber se ele terá vontade e condições políticas para não se limitar a prender os suspeitos de sempre.

EDITORIAL

Brasil envelhece, mas não se prepara para o futuro

O envelhecimento da população brasileira deixou de ser uma projeção distante para se tornar uma realidade que exige respostas imediatas. O país está mudando sua estrutura demográfica, com famílias menores, aumento da expectativa de vida e crescimento acelerado da população idosa. O problema é que as políticas públicas, a infraestrutura urbana e o próprio mercado de trabalho ainda não acompanham essa transformação. O Brasil está vivendo mais, mas ainda não conseguiu organizar as condições necessárias para que seus cidadãos envelheçam com dignidade.

Viver mais deveria representar uma conquista coletiva. Entretanto, para milhões de brasileiros, a longevidade vem acompanhada de incertezas. Aposentadorias insuficientes, dificuldades de acesso à saúde, falta de cuidadores, mobilidade urbana inadequada e ausência de uma rede de apoio familiar transformam o envelhecimento em um desafio cotidiano. Em muitos casos, a responsabilidade pelo cuidado recai sobre parentes que também precisam trabalhar, sustentar suas famílias e enfrentar as próprias dificuldades financeiras.

O sistema de saúde precisará se adaptar a essa nova realidade. Uma população mais velha demanda acompanhamento contínuo, prevenção, atendimento especializado e estruturas capazes de lidar com doenças crônicas e limitações físicas. Não se trata apenas de ampliar hospitais ou contratar profissionais, mas de organizar uma rede de assistência que ofereça atendimento humanizado, acompanhamento domiciliar e condições para preservar a autonomia dos idosos. A atenção básica, nesse contexto, assume papel fundamental para evitar que problemas de saúde se agravem e sobrecarreguem os serviços de emergência.

Outro ponto preocupante é a falta de estrutura das cidades. Calçadas esburacadas, travessias perigosas, transporte coletivo sem acessibilidade e prédios públicos inadequados dificultam a circulação de quem possui limitações de mobilidade. O que deveria ser um direito básico, como sair de casa, utilizar o transporte público ou frequentar uma praça, muitas vezes se transforma em uma tarefa complicada. Planejar cidades para os idosos significa, na verdade, construir espaços melhores para todos.

Há ainda uma questão econômica que não pode ser ignorada. Com menos jovens ingressando no mercado de trabalho e mais pessoas dependendo da Previdência e dos serviços públicos, o país terá de discutir produtividade, financiamento da proteção social e novas formas de organização do trabalho. A sustentabilidade do sistema previdenciário exige planejamento de longo prazo, transparência e responsabilidade.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

MPSP



Liliana recebeu 189 votos e terá Sérgio de Passos Simas como vice

MPSP elege Liliana Mercadante Mortari como corregedora-geral

Liliana foi eleita corregedora-geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o próximo biênio, em votação realizada nesta quarta (11), por sistema eletrônico, com a participação de 311 procuradores de Justiça. A chapa vencedora recebeu 189 votos, correspondentes a 60,8% dos votos registrados, e terá Sérgio de Passos Simas como vice-corregedor-geral. A candidatura adversária, formada por Gilberto Nonaka e Pedro Ferreira Leite Neto, obteve 117 votos. Também foram contabilizados dois votos em branco e três nulos. A eleição foi conduzida pelo Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. A Corregedoria-Geral é responsável pela fiscalização e orientação da atuação funcional dos membros do Ministério Público, além de inspeções e acompanhamento do cumprimento dos deveres de promotores e procuradores. O mandato terá duração de dois anos.

Angra lança Calendário Oficial de Eventos

Angra dos Reis lançou o Calendário Oficial de Eventos 2027. A cerimônia aconteceu na Casa Larangeiras e apresentou as atividades culturais, esportivas e religiosas previstas para o próximo ano. A iniciativa permite que moradores e visitantes tenham conhecimento antecipado da programação da cidade. Eventos já tradicionais, como o Festival de Música e Ecologia da Ilha Grande e a Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis (FITA), ganharão a companhia de novas atrações.

DIVULGAÇÃO/PMAR



A cerimônia de lançamento do Calendário 2027

Planejamento estratégico

Detalhe: o calendário é também uma ferramenta estratégica para o planejamento e a divulgação dos eventos, contribuindo para dar previsibilidade ao mercado, fortalecer a economia local e impulsionar o turismo em Angra dos Reis. E mais: a organização da publicação ficou sob responsabilidade da Secretaria de Comunicação, que coordenou a elaboração do calendário e promoveu um concurso para selecionar as fotografias que ilustram a edição.

Programação musical

O cantor e compositor Tiago Iorc abre a programação musical na sexta-feira, 14 de maio. Um dos principais nomes da música pop brasileira contemporânea, com mais de 15 anos de carreira, ele conquistou o público com canções que combinam pop, folk e MPB e marcadas por melodias delicadas e letras românticas. No sábado, 15 de maio, será a vez de Fagner subir ao palco.

‘Alívio Pontual’

A Fiesp classificou como um alívio pontual a decisão liminar do ministro Flávio Dino, do STF, sobre a implementação da nova jornada de trabalho. Para a entidade, a medida representa um primeiro sinal de flexibilização diante da complexidade da mudança, mas não resolve integralmente os problemas decorrentes da alteração.

Negociação Coletiva

A decisão do STF reconhece a possibilidade de negociação coletiva para flexibilizar a compensação de folgas na escala 5x2. Para a Fiesp, o entendimento representa um avanço ao considerar as particularidades das relações de trabalho e evitar que um cronograma rígido desconsidere a realidade produtiva dos diferentes setores.

Prazo Insuficiente

A entidade considera insuficiente o prazo de 60 dias previsto para a conclusão de novas convenções nos setores afetados. Segundo a Fiesp, uma transformação dessa magnitude exige planejamento, diálogo com os segmentos econômicos e um período de adaptação compatível com as condições do mercado.

Pressão Inflacionária

A Fiesp alerta para os efeitos do fim da escala 6x1 sobre os custos de produção e a inflação. A entidade cita manifestação do Banco Central na ata mais recente do Copom sobre o tema e avalia que o aumento de preços, combinado ao crédito caro, penaliza empresas e famílias brasileiras, com reflexos sobre o poder de compra.

Crédito Caro

Na avaliação da Fiesp, a combinação de pressão inflacionária e juros elevados aprofunda o endividamento generalizado da economia. A entidade sustenta que mudanças nas jornadas de trabalho precisam considerar seus impactos sobre a atividade produtiva, os custos empresariais e a capacidade financeira das famílias.

Transição Ampliada

A Fiesp espera que o plenário do STF prorrogue por 12 meses a entrada em vigor das regras previstas na Emenda Constitucional 141/2026. A entidade cita como referência cronogramas de adaptação adotados por países como Chile, Colômbia e México, considerados exemplos de transições mais estruturadas e compatíveis com a realidade econômica.

TON MOLINA/AGÊNCIA SENADO



Senado aprovou texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027

Governo aprova o texto-base do ajuste fiscal no Senado Federal

Governo aceitou mudanças; destaques serão votados na próxima semana

Por **Beatriz Matos**

Após dois dias de negociações, o governo Lula (PT) conseguiu aprovar, nesta quinta-feira (12), o texto-base do pacote de ajuste fiscal para 2027 no Senado. Foram 45 votos favoráveis e 31 contrários, em uma sessão marcada por bate-boca e tentativas da oposição de adiar a deliberação. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), encerrou os trabalhos e deixou a análise de quatro destaques para a próxima semana.

O senador Magno Malta (PL-ES) apresentou sucessivas questões de ordem, sustentando que o regimento previa um intervalo de quatro sessões após a aprovação da urgência. Alcolumbre rejeitou os pedidos, argumentando que a votação no mesmo dia era uma prática consolidada na Casa.

A discussão se acirrou quando Malta acusou o presidente de atropelar o regimento e agir como um “ditador”. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), reagiu, acusou o senador de tumultuar a sessão e fez referência à depredação de prédios públicos.

Para ampliar o apoio, Braga incorporou sugestões de governistas e oposicionistas. Entre elas, uma emenda de Izalci Lucas (PL-DF), que exclui o Fundo Constitucional do Distrito Federal das restrições fiscais do projeto.

Braga também acolheu uma emenda de Randolfe que retira a exigência de um plano para adequar o crescimento de despesas obrigatórias constitucionais aos limites do arcabouço fiscal.

Após a votação, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, disse que o projeto combina contenção de despesas e medidas tributárias, preservando políticas sociais.

“Ele faz de forma inteligente, combinando medidas de despesa e receita e preservando direitos da população, especialmente a política de valorização do salário mínimo, que para nós é sagrada”, afirmou.

O PLP 299/2026, de autoria de Jaques Wagner (PT-BA), prevê mudanças no arcabouço fiscal, contenção de gastos e revisão de benefícios tributários. A estimativa é de melhora do resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027.

O Planalto ainda terá de construir uma nova maioria entre os deputados. O desafio é concluir a tramitação antes da votação do Orçamento de 2027.

Dino mantém período de transição do fim da escala 6x1, mas flexibiliza folgas

STF avalia até segunda-feira decisão do ministro por escala 5x2 e 42h semanais a partir de 16 de dezembro

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Redução da jornada de trabalho vale para empregados com vínculo empregatício

Por **Gabriela Gallo**

Dois dias depois de ouvir sindicatos, empresários e representantes do comércio e da indústria, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que seja mantido o período de transição para o fim da escala de trabalho de seis dias semanais por um de folga (6x1). A decisão do magistrado, publicada nesta quinta-feira (12), ainda precisa ser analisada no plenário do Supremo.

A Corte marcou a sessão virtual extraordinária para as 11h desta sexta-feira (13). Os ministros terão até 11h de segunda-feira (16) para publicar seus votos. Por se tratar de votação em plenário virtual, não é necessário apresentar justificativas nos votos.

Se o plenário acolher a decisão de Dino, a partir de 16 de dezembro passa a valer a redução de 44 horas semanais para 42 horas semanais, além da escala de trabalho na jornada 5X2, sem redução salarial, para trabalhadores contratados sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A partir de 16 de dezembro de 2027 passa a valer oficialmente a jornada de trabalho de 40 horas semanais para trabalhadores de carteira assinada. As mudanças estão previstas na Emenda Constitucional (EC) nº 141/2026, promulgada pelo Congresso Nacional em 16 de outubro.

Com a promulgação, o governo precisa publicar um decreto para regulamentar as mudanças na implementação do fim da escala 6x1. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o decreto será publicado quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retornar de suas viagens internacionais. A previsão é que o chefe de estado retorne na segunda-feira.

No começo da semana, o STF realizou uma audiência pública após a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolarem as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 8041 e 8042 que questionam o período de transição da redução da jornada de trabalho. Após a audiência, em decisão publicada nesta quinta-feira (12), Flávio Dino avaliou que não houve violação de cláusulas pétreas e manteve o texto aprovado pelo Poder Legislativo.

Contudo, o magistrado acolheu um pedido efetuado pela CNI e pela CNC, flexibilizando as folgas dos trabalhadores. Um dos questionamentos das entidades é que, considerando que empregador trabalhe cinco dias da semana e cada semana ele trabalha 42 horas no total, essa divisão ultrapassa 24 minutos das oito horas diárias de trabalho, totalizando um expediente diário de 8 horas e 24 minutos em 2027. Quando a jornada semanal passar a ser de 40 horas, a divisão de trabalhar cinco dias da semana por oito horas por dia estará exata.

Portanto, Dino determina que, caso não haja acordo ou convenção coletiva das categorias até 15 de dezembro (véspera da data das mudanças), a jornada poderá ser distribuída em cinco dias, com limite de 8 horas e 24 minutos diários, sem pagamento de horas extras pelos 24 minutos que ultrapassarem a oitava hora. A regra poderá ser aplicada durante o período de transição da reforma. Dino determinou o prazo de 90 dias, contados a partir de 16 de dezembro, para que sindicatos e empregadores possam renegociar contrapartidas previstas em acordos e convenções coletivas vigentes.

"A decisão busca dar mais espaço para adaptar as escalas à realidade de cada atividade, sem adiar a redução da jornada", avaliou em entrevista ao Correio da Manhã a sócia da área de Direito Trabalhista no Gaia Silva Gaede Advogados Beatriz Tilkian.

O advogado trabalhista no Murayama Affonso Ferreira e Mota Advogados Cid de Camargo Júnior detalhou que, para implementar as mudanças, as empresas precisarão realizar diagnósticos para identificar o que precisa mudar e o que deve permanecer.

Entenda a decisão de Flávio Dino

Por **Gabriela Gallo**

De forma a não atrasar a tramitação da redução da escala de trabalho, mas não gerar inseguranças jurídicas, Flávio Dino estabeleceu algumas regras medidas que precisam ser cumpridas no período de transição. São elas:

• Se até 15 de dezembro não houver acordo ou convenção coletiva firmado, as 42 horas semanais poderão ser distribuídas em cinco dias, com jornadas de até 8 horas e 24 minutos – sem pagamento de hora extra para os 24 minutos extras

• Concedeu 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para que ocorram acordos coletivos para definir como serão os 24 minutos extras

• Condedeu 180 dias, a partir da data de publicação da decisão, para o Congresso Nacional criar regras específicas para as micro e pequenas empresas e para setores com particularidades (por exemplo, empresas de segurança e vigilância; serviços de limpeza; portaria e controle de acesso; hospitais e clínicas; empresas de transporte; indústrias; e empresas de alimentação coletiva).

• Determinou o prazo de 180 dias, contados a partir da publicação da Emenda, a adaptação dos contratos administrativos vigentes à nova disciplina constitucional. O prazo também se aplica para contratos decorrentes de licitações em andamento na data de promulgação da Emenda.

• Durante esse período, ele determinou a neutralidade salarial assegurada

LUIZ SILVEIRA/STF



STF avaliará decisão monocrática de Dino

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti foi surpreendido

Palácio do Planalto cobra cautela do PT em relação ao pacote

Assessores do presidente Lula dividiram-se entre preocupados e muito irritados com a atuação dos petistas nesta quarta-feira (11) durante exposição do ministro do Planejameento, Bruno Moretti, na Comissão Mista de Orçamento.

Moretti foi apresentar o pacote de corte de gastos do governo enviado ao Congresso. Na volta,reclamou no governo do constrangimento que passou por ter sofrido os maiores ataques exatamente de integrantes do PT.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), ex-líder do partido, tomou o noticiário ao dizer na frente do ministro, que ele iria rachar a base governnista se tentasse impor goela abaixo do Congresso o pacote.

O secretário-executivo do Planejamento, Guilherme Mello, foi destacado para, na quarta-feira mesmo, se reunir e tentar convencer a bancada do PT sobre as medidas.

"Nós vamos mexer"

Pelo menos ficou acertado entre a bancada e Palácio do Planalto que a bancada irá evitar manifestações públicas por enquanto. Inclusive o próprio Lindbergh.

Mas nem a Fazenda, nem o Planejamento conseguiram convencer a maioria dos deputados do acerto do pacote.

Na CMO, Lindbergh revelou que já foi preparado "um conjunto de propostas discutidas com vários parlamentares, de vários partidos" que serão apresentadas durante a tramitação do pacote. "Nós vamos mexer", disse Lindbergh.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lindbergh Farias

Emendas estão sendo preparadas

A proposta "número 1" dos petistas rebelados é retirar investimentos públicos das regras fiscais. O documento vai resultar em várias propostas de emendas ao projeto do governo que serão apresentadas durante a tramitação.

As emendas ao texto que os petistas mais discutem são voltadas para a preservação do salário mínimo e do orçamento destinado a áreas prioritárias, como saúde e educação, assim como a taxação dos super ricos e um corte radical nos subsídios aos grandes conglomerados do setor privado.

Investimento não é gasto, disse o próprio Lula

O principal argumento da esquerda é que Lula não pode faltar com a palavra que deu na campanha eleitoral.

Nos comícios e nos debates, por exemplo, Lula sempre afirmou que "investimento público não é gasto". É com base nessa afirmação do presidente que o tal documento a que se referiu Lindbergh propõe que os investimentos sejam retirados das regras fiscais.

PT no Senado tranquilo

O texto base dessa primeira fase do ajuste fiscal foi aprovado nesta quinta-feira no Senado sem maiores reclamações da bancada do PT.

Na chamada Casa Alta, os senadores petistas são mais veelhos, mais maduros e, boa parte, ex-governadores.

Flexibilizar na Saúde

O senador petista Humberto Costa (PE), por exemplo, já foi ministro da Saúde e presidente nacional do PT. Ele disse que acha aceitável a possibilidade de remanejamento de verbas entre as áreas de Saúde e Educação proposta no pacote.

"Às vezes sobra um pedaço do Orçamento de um lado que pode seu usado no outro", afirma.

O mercado não convence

Não só petistas estão revoltados com o comportamento do mercado em relaççao às taxas de juros. Também políticos do centrão e até da direita acham que nada saciará o mercado.

Assim que o pacote foi divulgado, na quarta-feira (11) o mercado até reagiu bem. Mas já no dia seguinte os agentes financeiros começaram a reclamar.

Mercado quer mais

Os Juros Futuros (DIs) apresentaram alta ao longo do dia: o DI para janeiro de 2028 foi a 14,29% e o de janeiro de 2031 subiu para 15,10%. O dólar subiu 1,58%, cotado a R$ 5,65. O Ibovespa fechou em baixa de 0,43%, aos 171.324 pontos. Explicações: desconfiança com o pacote de ajuste fiscal teria deixado investidores insatisfeitos.

Miinistro do mercado

A expectativa agora no PT é quanto ao nome do ministro da Fazenda. Reservadanente os petistas acreditam que essa pressão toda do mercado tem como próximo objetivo colocar um miniistro da Fazenda que não siga a cartilha heterodoxa. Um minustro liberal, de preferência do próprio mercado. E que Lula pode ceder.

A luta continua!

Continua forte entre petistas a proposta do economista André Lara Resende de corte radical da Taxa Selic para interromper o que chamam de "armadilha do mercado": juros subindo, e aumento da dívida pública, corte de gastos para cobrir o rombo que isto causa no Orçamento. O problema é a resistência da área econômica do governo.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



BB acusa empresas ligadas ao agro de não pagarem dívidas

Bancada do Agro reage a acusação de calote do Banco do Brasil

Entidades ruralistas pressionam por nova renegociação das dívidas

Por **Beatriz Matos**

O Banco do Brasil abriu uma frente de tensão com entidas do agronegócio e até o Congresso, ao acusar parte dos produtores rurais de estar dando calote nas dívidas com a instituição financeira.

A polêmica ganhou força nesta quinta-feira (12), durante a apresentação dos resultados do terceiro trimestre do Banco do Brasil. A presidente da instituição, Tarciana Medeiros, afirmou que, apesar das oportunidades de renegociação com recursos subsidiados e prazos de até dez anos, a recuperação dos pagamentos ficou abaixo das expectativas.

"Parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar e nem renegociar e se recusaram a apresentar garantias", afirmou a executiva.

As declaração ocorreu um dia depois de o Congresso aprovar mudanças nas regras de renegociação do endividamento rural e em meio à pressão da bancada ruralista por medidas mais abrangentes para atender ao setor.

Na avaliação da direção do banco, a expectativa de conseguir condições mais vantajosas por meio de iniciativas do Congresso contribuiu para a baixa adesão às renegociações. Os problemas estão concentrados principalmente nas cadeias de soja, milho e pecuária do Centro-Oeste.

Na quarta-feira (11), o Senado aprovou a Medida Provisória (MP) 1.376/2026, que amplia as possibilidades de renegociação das dívidas de produtores prejudicados por eventos climáticos extremos. O texto aguarda sanção presidencial. A expectativa por esta sanção é que ainda evita declarações mais exaltadas.

Os parlamentares ruralistas tentam preservar, na sanção presidencial, as mudanças negociadas no Congresso e buscam avançar em novas alternativas para reduzir o endividamento do setor.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, comemorou a aprovação da MP, mas insistiu que outras iniciativas são necessárias para garantir a continuidade dos investimentos.

"Não é a solução definitiva. Precisamos do fundo garantidor, do seguro rural, de outras medidas", afirmou a senadora. Já o senador Jaime Bagattoli (PL-RO) classificou a medida provisória como paliativa. Disse que o endividamento dos agricultores deve-se também à queda dos preços das commodities e aos juros elevados.

VINICIUS LUMMERTZ
Ex-ministro do Turismo e ex-presidente da Embratur

O Brasil está organizado contra o trabalho

Empregar custa caro, trabalhar rende pouco e parte da precarização produzida pelo próprio modelo econômico é atribuída apenas às relações de trabalho. Chamamos de empreendedorismo a luta de milhões pela sobrevivência. É preciso nomear a realidade. Na virada do século, como diretor técnico do Sebrae Nacional, participei da implantação no Brasil do Global Entrepreneurship Monitor (GEM). A pesquisa distinguia o empreendedorismo por oportunidade daquele por necessidade. Uma coisa é criar uma empresa para inovar e crescer; outra é trabalhar por conta própria porque não se encontrou alternativa.

O país celebra suas taxas de empreendedorismo, mas parte delas traduz o que poderíamos chamar de necessitismo: a necessidade de obter renda, não necessariamente a vocação de empreender. Confundir as duas situações produz estatísticas reconfortantes e políticas insuficientes. O desafio é transformar a sobrevivência em oportunidade, não apresentá-la como sucesso empresarial. Mais de 100 milhões de brasileiros estão ocupados.

Entretanto, milhões trabalham por conta própria ou na informalidade, sem renda estável ou proteção suficiente. Ocupação não é sinônimo de prosperidade. Fora dela, há também estudantes, cuidadores e desalentados. A distância entre o custo de contratar e o poder de compra do salário é reveladora. Encargos e benefícios elevam a despesa empresarial; parte deles corresponde a direitos legítimos, como férias, 13º salário, FGTS e previdência, que não devem ser confundidos com impostos.

Do outro lado, descontos sobre a renda, tributação do consumo e crédito caro reduzem o que o trabalhador pode comprar. O sistema cobra muito de quem emprega e devolve pouco a quem trabalha. A baixa produtividade tem causas dentro das empresas: capital, tecnologia, qualificação; e fora delas: infraestrutura precária, burocracia, insegurança jurídica, tributação complexa e juros elevados. Os spreads bancários refletem inadimplência, tributos, riscos e custos, mas também concorrência e eficiência. Não são inevitáveis.

Mesmo empresas produtivas pagam o preço dessas distorções. A renda baixa restringe a poupança; o crédito caro limita o investimento; a produtividade estagnada dificulta melhores salários. Nas pequenas empresas, capital de giro oneroso, exigências complexas e clientes endividados completam o círculo. Renegociar dívidas não substitui investimento. Há duas deformações da linguagem. A primeira é falar de precarização como se ela decorresse apenas das escolhas dos empregadores, ignorando a contribuição do próprio modelo institucional.

A segunda é chamar de empreendedorismo qualquer atividade independente, inclusive a exercida por falta de opção. O uso conveniente das palavras permite reconhecer as consequências sem assumir suas causas. É o conforto da impotência: todos lamentam o problema, enquanto a estrutura que o reproduz permanece intacta. Schumpeter associou o empreendedor à inovação; William Baumol mostrou como as instituições orientam a iniciativa econômica; Amartya Sen vinculou desenvolvimento à liberdade real. Importa menos quantos negócios abrem do que a possibilidade de escolher, produzir e crescer.

O espírito do tempo aponta para autonomia e flexibilidade. Quando jovens dizem querer um negócio próprio, é preciso perguntar: querem ser empresários ou desejam mais liberdade sobre seu tempo e sua vida? O debate sobre a escala 6x1 revela essa inquietação, mas não esgota suas respostas. Reduzir jornadas pode ser legítimo; impor soluções uniformes sem ouvir os trabalhadores é insuficiente. Perguntem aos jovens o que querem. E ofereçam alternativas reais. A reforma trabalhista de 2017 foi um passo, não um ponto final. Proponho um novo trabalhismo, expressão histórica brasileira à qual cabe dar outro significado: aproximar liberdade econômica e segurança social. A CLT precisa ser uma escolha atraente, não uma imposição nem um regime do qual se foge.

Emprego formal, trabalho autônomo, plataformas e empreendedorismo exigem regras adequadas às suas diferenças, mas direitos essenciais que acompanhem as pessoas: previdência, proteção contra acidentes e acesso à qualificação. Equalizar proteção não é uniformizar o trabalho. Essa síntese entre liberalismo e trabalhismo exige reconhecer a cidadania econômica.

Direitos políticos e sociais são indispensáveis, mas não substituem a capacidade de ganhar a vida, poupar, investir e construir patrimônio. Liberdade para trabalhar com segurança significa que a autonomia seja escolha, não imposição da pobreza. Reorganizar o Brasil a favor do trabalho é enfrentar as estruturas que limitam seus resultados, em vez de continuar administrando suas consequências.

ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras

A vulnerabilidade física na era dos sabotadores invisíveis

A recente e estarrecedora onda de ataques cibernéticos a redes de supermercados em diversos países europeus — como Bélgica, Suécia, Luxemburgo, Finlândia, Irlanda e Estônia — acende um sinal de alerta vermelho sobre a segurança de nossas infraestruturas mais essenciais.Em episódios de gravidade inédita, hackers invadiram os sistemas de tecnologia operacional que regem o resfriamento de grandes estabelecimentos varejistas, alterando remotamente os parâmetros de refrigeradores e subindo a temperatura dos congeladores para impensáveis 50º Celsius.O resultado imediato dessa sabotagem invisível foi a perda massiva de toneladas de mantimentos e o descarte compulsório de alimentos de primeira necessidade, atingindo desde gigantes como AholdDelhaize, Carrefour e Spar até a rede sueca Coop e unidades da Ikea.

Trata-se de um fenômeno que transcende os marcos tradicionais do crime digital. Não nos encontramos mais perante a mera extorsão financeira por meio do sequestro de dados ou do roubo de informações confidenciais de clientes. O que se desenha é a invasão direta da chamada tecnologia operacional, o ecossistema invisível de sensores, atuadores e controladores que governa os equipamentos físicos do nosso cotidiano.

Ao transformar congeladores de alimentos em verdadeiras estufas de destruição no meio da madrugada, os agressores demonstraram como a hiperconexão de dispositivos genéricos e a ausência de atualizações contínuas de segurança podem converter utilidades domésticas e comerciais em armas de desestabilização econômica.

O mistério que envolve a autoria desses ataques — não reivindicados por qualquer grupo ou Estado — aprofunda a inquietação da sociedade contemporânea.A facilidade com que redes distribuídas em múltiplos países foram neutralizadas simultaneamente expõe a fragilidade dos países que terceirizaram a gestão de suas cadeias de suprimento e automação sem o devido respaldo de salvaguardas soberanas. A segurança alimentar, pilar inegociável da dignidade de qualquer povo, vê-se subitamente refém da manipulação de códigos à distância, colocando em xeque a estabilidade do abastecimento das grandes metrópoles.

Esta ameaça impõe uma imediata e severa revisão nos protocolos globais de cibersegurança e governança tecnológica.

Não basta celebrar as facilidades da automação digital sem erigir barreiras de proteção capazes de deter a sanha dos sabotadores do progresso. As nações soberanas e o setor produtivo têm o dever de resguardar o bem-estar dos cidadãos, garantindo que os avanços do ecossistema conectado sirvam para proteger a vida, o trabalho e a ordem social, em vez de expor a humanidade à incerteza e ao caos de um colapso infraestrutural iminente.

ALEXANDRE GARCIA
Jornalista e comentarista de política

Mácula no Supremo

Sem ter tido iniciativa da ação, a Procuradoria da República sugeriu e o Presidente do Supremo arquivou o Inquérito do Fim do Mundo - assim tão bem batizado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, o único a discordar dele, quando o plenário STF, já decorridos 15 meses de arbítrios, confirmou a esdrúxula criação do então presidente Dias Toffoli. Ainda não estavam no Supremo Mendonça, Nunes Marques, Dino e Zanin. Foi 10 a 1. Em defesa própria. A Suprema Corte decidindo em causa própria. E sem iniciativa do Ministério Público, contrariando o que determina os art. 127 e 129 da Constituição de que o STF deveria ser guardião. Para investigar calúnias, agressões verbais, ameaças nas redes sociais, contra ministros do próprio Supremo.

Em 14 de março de 2019, o ministro Dias Toffoli recorreu ao artigo 43 do Regimento Interno do STF, derrogado em 1988 pela Constituição, como se fosse um inquérito administrativo doméstico para investigar hostilidades ocorridas no interior das dependências da Corte. O ofendido é que abriu o inquérito; o ofendido é que mandou investigar; o ofendido é que julgou; o ofendido é que restringiu liberdades, censurou, bloqueou, condenou.

A maioria dos investigados não detinham foro no Supremo. Desses, a Corte não era o juiz natural, também contrariando cláusula pétrea - art. 5º LIII - da Constituição - isso já anula tudo mais, desde a origem. Ao longo de sete anos e 8 meses perpetraram-se arbitrariedades que agrediram o devido processo legal. O inquérito foi prorrogado no mínimo por 15 vezes. Arquive-se o inquérito mas os atingidos não serão desarquivados de prisões, de bloqueios que sofreram, da supressão de direitos fundamentais.

A marcha para o arquivamento começou em 9 de setembro, quando o presidente do STF, Ministro Fachin, tirou a relatoria de Alexandre de Moraes, que a recebera de Toffoli sem sorteio. E tudo isso foi reprovado por apenas um dos 11 ministros guardiões da Constituição e do estado de direito. Para quem não esteja auto-alienado, isso é um escândalo. Para quem tem formação mínima de cidadania, portanto de defesa do estado de direito, isso é um escândalo, por mais exercícios verbais que se façam, é um escândalo.

Mas escândalo maior é constatar que a nação, a cidadania, as instituições, os meios de comunicação, tenham sido capazes de conviver com isso, com uma passividade cúmplice e subserviente. Ressalve-se que a Procuradora Geral Raquel Dodge mandou arquivar isso no mês seguinte à criação e Moraes recusou-se; um mês depois, a pedido da Rede, voltou a pedir; a OAB pediu no ano seguinte. O Supremo manteve. Liberdades e democracia se perdem assim.

Ontem, o Ministro OG Fernandes deixou o Judiciário, após 45 anos, dos quais 18 no Superior Tribunal de Justiça. Relator de investigações de corrupção no Judiciário, ele disse ao Estadão que a corrupção é ainda mais grave quando praticada no Judiciário. A Constituição, no art. 101 exige para ministro do Supremo, “reputação ilibada”. Essa questão moral se soma aos desvios cometidos por razões políticas. Pessoas que juraram cumprir e defender a Constituição corroeram instituições que deveriam ser pilares do Direito, garantia das liberdades. Ontem, 10 de novembro, fez 89 anos a imposição da ditadura do Estado Novo; no 13 de dezembro próximo o AI-5 terá 58 anos. Como eles, o 14 de março de 2019 ficará marcado como nódoa no calendário da História do Brasil. E do Supremo.

CORREIO ECONÔMICO

AGÊNCIA DE NOTICIAS DO GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL



Em outubro índice subiu 0,22%, de acordo com o IBGE

INPC, inflação que corrige salários, acumula 4,49% em 1 ano

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,22%. Com isso, o acumulado de 12 meses chega a 4,49%. Em setembro, a inflação de um ano estava em 4,29%. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês passado, o grupo dos produtos alimentícios subiram 1,10%; já o dos não alimentícios caiu -0,07%.

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro em seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

Aquisição da transportadora de etanol Logum

A Petrobras firmou um acordo para se tornar 100% dona da empresa Logum Logística, que atua no transporte, movimentação e armazenamento de etanol. A estatal já era proprietária de 30% do capital social da Logum e fechou os termos para pagar R$ 620 milhões pelos demais 70%, que pertencem às empresas Raízen Energia (30%), Copersucar (30%) e Uniduto Logística (10%). A informação foi divulgada nesta quinta-feira (12), inicialmente por meio de um comunicado a investidores da companhia.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Estatal detém 30% da empresa pagará R$ 620 mi pelo restante

Inflação fica em 0,14%; conta de luz cai

A bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação oficial a perder força e fechar o mês de outubro em 0,14%. Em setembro, o indicador ficou em 0,82%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,63%, percentual acima da meta do governo.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Grupo habitação puxou números para baixo

O grupo habitação foi o que mais puxou a inflação para baixo. A variação de -0,51% é a mais profunda para um mês de outubro desde 2019.

O resultado foi influenciado pelo preço da energia elétrica residencial, que recuou 1,92% (impacto de -0,08 p.p.). A conta de luz foi o subitem que mais exerceu pressão de baixa em todo o IPCA.

Supersalários I

O pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê prazo de até 120 dias para que os parlamentares analisem uma proposta de regulamentação dos chamados supersalários no funcionalismo público. O projeto também prevê redução de benefícios tributários e mudanças nas regras de gastos públicos.

Supersalários II

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas busca melhorar as contas públicas sem comprometer políticas essenciais. A expectativa do governo é que o pacote tenha impacto fiscal de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em 2027.

Selo Diamante

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu, pela quarta vez consecutiva, o selo Diamante do Radar Nacional da Transparência Pública. Neste ano, a instituição alcançou 100% de pontuação na avaliação, resultado inédito entre os órgãos federais. A Amazul foi outra empresa pública a receber o selo.

Dólar cai 0,42%

O dólar fechou em queda na quarta (11), e a bolsa brasileira avançou, em uma sessão marcada pela repercussão do pacote de ajuste fiscal do governo e pelo desempenho positivo dos mercados internacionais. A moeda estadunidense recuou cerca de 0,4%, para R$ 5,56, enquanto o Ibovespa subiu na mesma proporção, aos 172 mil pontos.

Ibovespa avança

O Ibovespa fechou em alta de 0,42%, aos 172.060,44 pontos, acompanhando o desempenho positivo das bolsas de Nova York e repercutindo as notícias sobre o pacote fiscal brasileiro. Durante o pregão, o principal índice da Bolsa brasileira oscilou entre a mínima de 171.335,20 pontos e a máxima de 172.986,66 pontos.

Subsídios ao diesel

O governo federal propôs retirar até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A medida integra o pacote de ajuste fiscal apresentado ao Congresso Nacional na última quarta-feira (11), por meio de um projeto de lei complementar protocolado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA).

UFSM



Contenção daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Reúso de computadores gera economia de água

Contenção do governo brasileiro daria para abastecer 2 mil pessoas por ano

Da **Redação**

Um programa do governo brasileiro, que reaproveita computadores usados, já economizou 133,3 milhões de litros de água. A estimativa é do Ministério das Comunicações, que coordena a iniciativa de reúso dos equipamentos eletrônicos, através de seu Programa Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, o reaproveitamento dessas máquinas evita a produção de um computador novo, cujo processo de produção gastaria em média 1.500 litros de água.

Em vez de descartados, os equipamentos são recondicionados para poderem ter sua vida útil prolongada. Esses computadores são usados em projetos de inclusão digital em comunidades quilombolas, territórios indígenas, regiões ribeirinhas e áreas rurais de todo o país.

"Profissionais avaliam suas condições de funcionamento e identificam quais componentes podem ser recuperados e reutilizados. Os equipamentos com potencial de recuperação passam por procedimentos de manutenção, limpeza, substituição de componentes defeituosos, testes de funcionamento e instalação ou configuração de sistemas operacionais e programas necessários à sua utilização. Em muitos casos, componentes de diferentes equipamentos podem ser aproveitados para recuperar computadores que, de outra forma, seriam descartados", explica coordenador de Inclusão Digital do ministério, Gustavo André Lima.

Quase 89 mil computadores, provenientes principalmente de órgãos públicos federais, já foram recondicionados e reaproveitados pelo Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, além da economia de água, o reaproveitamento dos equipamentos evitou a queima de 20 mil toneladas de combustíveis fósseis e o uso de 1,8 mil toneladas de produtos químicos.

"A destinação adequada de equipamentos usados é fundamental para reduzir a geração de resíduos, preservar os recursos naturais e incentivar modelos de produção e consumo mais sustentáveis. A fabricação de equipamentos eletroeletrônicos depende da extração de matérias-primas, do consumo de água e energia e da utilização de diferentes produtos químicos", destaca Lima.

Recursos para Angra 3 seguem para sanção

Congresso provou créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



Um dos projetos abre crédito de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras

Da **Redação**

O Congresso Nacional aprovou, em sessão conjunta nesta quinta-feira (12), créditos de R$ 314,4 milhões para a Eletronuclear, responsável pela construção da usina nuclear Angra 3, e para seis agências reguladoras federais. As propostas estão previstas nos Projetos de Lei do Congresso Nacional, que seguem para sanção presidencial.

O PLN 5/2026 abre crédito suplementar de R$ 24,4 milhões para reforçar o orçamento de seis agências reguladoras. A maior parcela, de R$ 11,3 milhões, será destinada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para recompor os orçamentos e manter as atividades.

Também receberão recursos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com R$ 4,2 milhões; a Agência Nacional de Mineração (ANM), com R$ 3,8 milhões; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com R$ 3,4 milhões; e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com R$ 1,7 milhão.

Os recursos provêm do cancelamento de despesas previstas para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de ajustes nas fontes de financiamento das agências. Segundo o relatório do deputado Ricardo Barros (PP-PR), a medida não aumenta o total de despesas nem compromete a meta fiscal de 2026. O parecer foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 11 de agosto, sem alterações, após apresentação pelo deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), relator ad hoc.

ELETRONUCLEAR

O PLN 25/2026 destina R$ 290 milhões à Eletronuclear para antecipar, ainda em 2026, despesas de contratos relacionados à implantação da usina Angra 3. Os recursos serão utilizados em contratos de fornecimento de equipamentos e serviços de engenharia. A medida também permitirá o encerramento de contratos e busca reduzir o risco de disputas judiciais que poderiam comprometer o cronograma da obra.

Segundo o relatório do deputado Hugo Leal (PSD-RJ), aprovado pela CMO na quarta-feira (11), o crédito será financiado com recursos gerados pela própria Eletronuclear, sem impacto sobre a meta de resultado primário das empresas estatais federais.

VOTAÇÃO NOMINAL

A aprovação do PLN 25 ocorreu após dois pedidos apresentados durante a sessão conjunta. O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) solicitou a votação separada da proposta. Em seguida, o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) pediu a verificação da votação, o que levou à votação nominal na Câmara dos Deputados. O projeto recebeu 261 votos favoráveis e 155 contrários. No Senado, a votação foi simbólica.

Durante a discussão, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) criticou a antecipação dos recursos e questionou a prioridade dada à despesa diante da situação fiscal do país.

— Primeiro que não faz sentido você antecipar um gasto para esse ano, que já está no final, no valor de 290 milhões de reais de um governo que se diz preocupado de quanto que vai ter de déficit — afirmou.

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), por sua vez, defendeu a proposta como parte dos esforços para a retomada de Angra 3. Ele lembrou que a obra está paralisada desde 2015, consumiu R$ 21 bilhões e tem 66% concluída. Segundo ele, a conclusão da obra usina permitirá abastecer 4,5 milhões de residências. "A obra parada custa por ano para os cofres públicos do Brasil um bilhão de reais", disse.

Petrobras amplia capacidade de onze plataformas

Da **Redação**

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou a eficiência operacional da companhia ao ampliar a capacidade de produção de 11 plataformas em 282 mil barris de óleo por dia. Segundo ela, os dados reforçam o resultado positivo do terceiro trimestre de 2026, período em que a estatal lucrou quase R$ 40 bilhões.

Magda disse que o aumento da produção impulsiona a autossuficiência e a posição do Brasil entre os maiores produtores de petróleo.

"O que nós estamos fazendo é, nada mais, nada menos, do que antecipar a produção dessa capacidade estendida em quatro anos. É uma antecipação de produção de 280 mil barris de petróleo por dia que a gente já tem hoje licenciado. Esse número é gigantesco e completamente inimaginável", disse.

A presidente também informou que a Petrobras tem ampliado o refino que espera alcançar a autossuficiência de diesel até 2031. No terceiro trimestre, a companhia produziu 769.000 barris por dia de diesel.

"Assim, garantimos o espaço do diesel no mercado brasileiro para Petrobras de uma forma absolutamente relevante, em um momento de grave crise e instabilidade geopolítica externa", disse Magda. "Isso sem as refinarias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Bahia que foram vendidas num passado recente. Se nós ainda tivéssemos essas três, talvez já fossemos autossuficientes".

ALESP



Companhia aponta avanço na oferta de petróleo e diesel no 3º trimestre

RESULTADOS DO 3º TRIMESTRE

Na terça-feira (10), a Petrobras divulgou os resultados do 3º trimestre de 2026. A estatal atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões, que corresponde à alta de 21,5% na comparação com o mesmo período do ano passado. O balanço informa que o fluxo de caixa operacional (FCO) alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Em 2026, a Petrobras bateu recorde trimestral na produção de óleo por três vezes, de forma sequencial. Além disso,11 plataformas foram autorizadas a produzir, com segurança, acima da capacidade original sem investimento extra nas unidades de produção.

As vendas de derivados no mercado interno alcançaram 1.854 milhões de barris de petróleo por dia (mbpd) no trimestre, o maior volume desde o terceiro trimestre de 2021 e o melhor resultado com o atual parque de refino. Foi registrado também recorde trimestral na produção de diesel, de 769 mbpd. Já a produção total de derivados atingiu 1.873 mbpd no período. No terceiro trimestre, o montante de investimento chegou a R$ 33 bilhões (US$ 6,4 bilhões).

CORREIO DO APOSENTADO

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Voto mantém contagem de dez anos durante análise de pedido

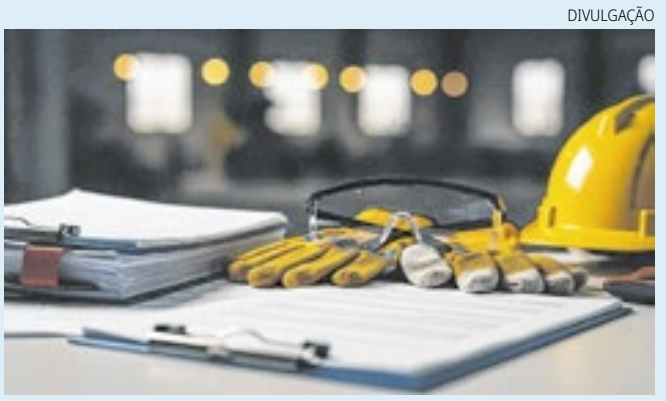
STJ analisa prazo de 10 anos para revisão de aposentadorias

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a analisar se o prazo de dez anos para revisar benefícios previdenciários continua correndo enquanto o INSS examina um pedido administrativo. No Tema 1.370, o relator, ministro Gurgel de Faria, votou pelo entendimento de que existe um único prazo decadencial, que não é suspenso nem reiniciado pela solicitação feita ao Instituto. Na prática, se essa posição prevalecer, o segurado poderá perder o direito de recorrer à Justiça caso os dez anos se esgotem durante a espera pela resposta administrativa. O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Regina Helena Costa. A decisão poderá orientar processos semelhantes em todo o país. Enquanto não houver conclusão, permanece sem definição a tese que será adotada pelo tribunal. Especialistas alertam que a discussão exige atenção dos aposentados que aguardam respostas do INSS.

Previdência vai atualizar regras sobre doenças

O Ministério da Previdência Social abriu, em 9 de novembro, consulta pública sobre a nova metodologia do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP). A proposta busca atualizar a relação entre atividades econômicas e doenças associadas ao trabalho. O instrumento auxilia na identificação do vínculo entre a atividade profissional e o adoecimento, com reflexos no reconhecimento de benefícios por acidentes e doenças ocupacionais. As contribuições podem ser enviadas até 11 de dezembro, pela plataforma Brasil Participativo.

DIVULGAÇÃO



Consulta vai atualizar critérios de doenças relacionadas ao trabalho

Benefícios rurais somam R$ 1,47 bi no Maranhão

O INSS informou que os benefícios previdenciários rurais movimentaram R$ 1,47 bilhão no Maranhão em outubro. No período, foram registrados 911.646 pagamentos. A aposentadoria por idade rural é uma das principais modalidades dessa proteção e contempla agricultores familiares, pescadores artesanais e outros trabalhadores enquadrados como segurados especiais. Para ter direito, é necessário comprovar, em regra, 180 meses de atividade rural. A idade mínima é de 55 anos para mulheres e 60 para homens.

Política promete acelerar ações previdenciárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, uma política nacional para agilizar processos previdenciários e assistenciais. Até 30 de setembro, havia mais de 4,4 milhões de ações pendentes no país. A iniciativa prevê integração de sistemas, cooperação entre órgãos e o programa AceleraPrev, com plano de ações para o período de 2027 a 2029. A proposta também busca reduzir a judicialização.

Venda de precatórios

O Superior Tribunal de Justiça realizará, em 25 de novembro, audiência pública para discutir a possibilidade de transferência de créditos previdenciários inscritos em precatórios. O Tema 1.418 também envolve o controle judicial da regularidade dessas negociações. O debate busca esclarecer os limites legais das operações e proteger os interesses dos segurados.

Pessoas com deficiência

O STJ marcou para 19 de novembro audiência pública sobre a aplicação de prazos de prescrição e decadência contra pessoas com deficiência mental ou intelectual. A discussão envolve os efeitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a proteção jurídica. O objetivo é reunir especialistas e instituições para subsidiar a análise da controvérsia pelo tribunal.

Fiscalização de contratos

O INSS recebeu certificado do Ministério da Gestão e da Inovação pelo desenvolvimento de uma ferramenta de fiscalização automática de contratos. A solução foi aprovada em avaliação do projeto-piloto de transformação digital do governo federal. A tecnologia busca aprimorar o acompanhamento dos serviços contratados e mecanismos de controle.

Análise do Atestmed

Segurados que tiveram o auxílio por incapacidade temporária negado pelo Atestmed podem solicitar uma segunda análise em até dez dias. A medida permite complementar documentos médicos, e a reavaliação será feita por outro perito. A iniciativa busca corrigir possíveis falhas na avaliação inicial e ampliar as possibilidades do benefício.

Licitação da Central 135

O INSS abriu pregão para contratar serviços de atendimento da Central 135 em todo o país. A licitação tem valor estimado de R$ 6,7 milhões e contempla atendimento telefônico e por canais digitais. O serviço é utilizado por segurados para obter informações sobre benefícios, agendamentos, requerimentos e outros procedimentos relacionados à Previdência Social.

Serviços do PrevBarco

Pela primeira vez, o INSS realiza atendimento pelo PrevBarco no sul do Amapá. A açãosegue até 20 de novembro, contempla moradores de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e da comunidade de Jarilândia, com serviços e orientações previdenciárias. A iniciativa busca facilitar o acesso de populações ribeirinhas aos serviços do Instituto.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Decisão poderá beneficiar segurados que interromperam contribuições

Desempregados poderão manter proteção do INSS por mais tempo

Decisão permite reutilizar período de graça de 2 anos sem mais contribuições

Por **Raphaela Cordeiro**

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que já realizaram mais de 120 contribuições mensais, sem perder a qualidade de segurado nesse período, poderão utilizar novamente a extensão do chamado período de graça, mesmo após perder essa condição e retornar ao sistema previdenciário. A decisão, tomada na quarta-feira (11), dispensa a necessidade de cumprir outro ciclo de dez anos de recolhimentos.

O julgamento ocorreu no Tema 1.352 dos recursos repetitivos, relatado pelo ministro Paulo Sérgio Domingues. A controvérsia discutia se o direito à prorrogação do período de graça, conquistado após mais de 120 contribuições, poderia ser utilizado mais de uma vez ou se seria necessário completar novamente o mesmo período. O colegiado acompanhou o relator, que considerou que a legislação não estabelece essa limitação.

O período de graça é o intervalo em que o trabalhador mantém a qualidade de segurado do INSS mesmo sem realizar pagamentos à Previdência. Em regra, o prazo é de 12 meses após a interrupção das contribuições. Para quem possui mais de 120 recolhimentos mensais sem perda da qualidade de segurado, a legislação permite ampliar esse período para 24 meses. Com a decisão, essa extensão poderá ser reutilizada, mesmo após a perda da condição de segurado e posterior retorno ao sistema, sem a exigência de novas 120 contribuições.

O prazo pode chegar a 36 meses para trabalhadores que também comprovem desemprego involuntário, conforme as condições previstas na legislação. A extensão adicional de 12 meses depende de comprovação da situação, que pode ser feita por diferentes meios de prova, não se limitando ao registro em órgãos oficiais.

Durante o julgamento, o INSS defendeu a reutilização da extensão apenas enquanto o segurado não perdesse essa condição. O tribunal, entretanto, reconheceu que o direito permanece mesmo após a perda da qualidade de segurado, desde que o requisito contributivo tenha sido cumprido anteriormente. O entendimento poderá ser aplicado a trabalhadores que retomaram os recolhimentos após períodos de desemprego.

CORREIO NACIONAL

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Casos graves, no entanto, continuam em níveis baixos

Aumentam casos de SRAG por covid-19, aponta Fiocruz

Os casos confirmados de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por covid-19 tiveram alta no país no início de novembro, informou nesta quinta-feira (12) a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Boletim Infogripe.

A Fiocruz ressalta, entretanto, que o número de casos graves por covid-19 permanece em níveis baixos.

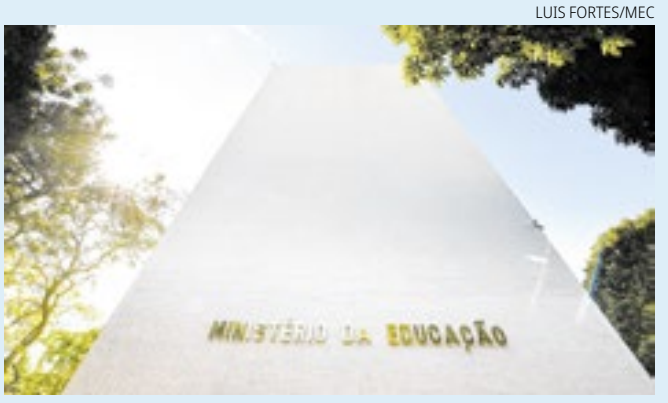
Nas últimas quatro semanas, 11,5% das hospitalizações e 26,9% das mortes por SRAG viral foram causadas pelo coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença.

O boletim foi atualizado com os dados de 1º a 7 novembro que foram inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) até o último sábado (7). Apesar do aumento das confirmações de covid-19, os casos de SRAG, de forma geral, apresentam tendência de queda no país.

Educação profissional e tecnológica: diretrizes

A educação profissional e tecnológica no país deve seguir novas diretrizes de ensino. Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) prevê prioridades quanto à organização, ao planejamento e à oferta de cursos nessa modalidade. O documento homologado na terça-feira (10) pelo Ministério da Educação (MEC) atualiza e revisa a Resolução do CNE/CP nº1 de 2021, de acordo com as mudanças na legislação educacional brasileira e as transformações tecnológicas.

LUIS FORTES/MEC



Documento incorpora inteligência artificial à formação

Novo modelo para concurso público unificado

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, anunciou nesta quinta-feira (12) que o governo estuda novo modelo para a 3ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 3), prevista para 2027. No novo modelo, o governo aplicaria uma prova nacional unificada dividida por áreas de atuação, que tenha a mesma dinâmica de seleção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em que as notas podem servir para entrar em diversas universidades no país.

Número de vagas ainda indefinido

"Seria uma espécie de concurso como se fosse o Enem. Você faz uma prova para determinadas áreas, tem uma nota, então, tendo a vaga, o órgão federal poderia usar aquele grupo de pessoas que já fez a prova e que já está com uma classificação", disse ministra do MGI, Esther Dweck. Ainda não há número de vagas imediatas autorizadas e a programação depende da aprovação do Orçamento enviado ao Congresso.

Canetas emagrecedoras I

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento do lote 20241030 de insumo farmacêutico ativo (IFA) tirzepatida e de todos os lotes de IFA retatrutida armazenados na distribuidora Condor Importador & Operador Logístico Ltda. A medida foi publicada nesta quinta-feira (12) no Diário Oficial da União.

Canetas emagrecedoras II

A tirzepatida é o princípio ativo do medicamento agonista do receptor de GLP-1 Mounjaro, popularmente conhecido como uma das diversas canetas emagrecedoras disponíveis no mercado. Em comunicado, a Anvisa informou que os insumos em questão eram destinados à preparação de medicamentos magistrais.

Letramento digital I

A aprovação pelo Ministério da Educação de diretrizes para o uso da inteligência artificial na educação foi bem recebida por especialistas e instituições que trabalham com o tema. A norma proíbe o uso de IA para estudantes dos primeiros anos da educação básica e orienta sobre o uso da ferramenta por alunos do ensino médio e superior.

Letramento digital II

Uma das organizações que ajudaram na elaboração do documento foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A coordenadora do setor de Educação da instituição no Brasil, Rebeca Otero, ressalta que um dos pontos principais, que precisa ser observada pelas escolas, é o letramento digital dos estudantes.

COP30 I

O presidente da COP30, André Corrêa do Lago, disse que uma das grandes conquistas da conferência de Belém foi o fortalecimento do multilateralismo na agenda climática. Como exemplo, ele citou o fato de nenhum outro país ter anunciado ou efetivado saída do Acordo de Paris após a retirada dos Estados Unidos (EUA).

COP30 II

"Como vocês se lembram, houve um fortalecimento do multilateralismo que considero indiscutível. Depois da saída dos Estados Unidos, nenhum outro país deixou o Acordo de Paris. Da mesma forma, ninguém pediu para sair da Convenção do Clima após o anúncio feito pelos americanos", afirmou referindo-se ao único país a deixar o acordo.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



Os dados são das organizações Terra de Direitos e Justiça Global

Violência política: estudo conta 18 mortes em 27 dias

Levantamento mostra que eleitores passaram a ser principal alvo

Da **Redação**

Pelo menos 18 pessoas foram mortas e outras 18 foram vítimas de atentados entre os dias 5 e 31 de outubro, período que compreendeu a campanha de segundo turno e uma semana após as eleições.

Os dados são de levantamento das organizações de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, divulgado nesta quarta-feira (11). Os registros mostram que dos 379 casos de violência política, 350 deles (92,3%) atingiram eleitores, militantes, equipes de campanha e comitês partidários em 27 dias.

Segundo a coordenadora de Incidência Política da Terra de Direitos, Gisele Barbieri, a pesquisa mostra que a violência política não se encerrou com o resultado das eleições e escalou de discussões políticas a ataques graves.

"A democracia exige segurança tanto para quem disputa o voto quanto para quem vai às urnas", afirmou.

De acordo com os pesquisadores, houve uma mudança "significativa" nesse período eleitoral. Se, no primeiro turno, a violência política esteve mais concentrada em pessoas que disputavam cargos eletivos, no segundo turno, eleitores militantes passaram a ser as principais vítimas.

Violências contra candidatos caíram de uma média de 2,68 episódios por dia, no primeiro turno, para 1,07 no segundo. Já os casos contra eleitores, militantes e outros grupos subiram para quase 13 por dia. Segundo o levantamento, municípios de pequeno porte (até 50 mil habitantes) concentraram 61% dos ataques com intenção letal e 12 das 18 mortes. Nessas cidades, 31% dos episódios de violência envolveram tiros, atropelamentos ou assassinatos. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, a proporção foi de 4%.

Um dos casos mais graves ocorreu na Terra Indígena Votouro, em Benjamin Constant do Sul (RS), onde três indígenas Kaingang morreram durante um conflito em 13 de outubro. O episódio ocorreu após trabalhadores indígenas serem dispensados de suas funções por terem participado de uma carreata de apoio ao presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva.

Depois, um frentista foi morto a tiros e outros dois indígenas morreram durante uma ação do Batalhão de Choque da Brigada Militar. Na mesma data, 15 pessoas ficaram feridas. Ao todo, foram registrados 13 episódios de violência contra povos indígenas

CORREIO CENTRO-OESTE

NINA CAMELO/DIVULGAÇÃO/FREITASPHOTOART



Ambrósio utiliza outros sentidos para fotografar: o tato e a audição

DF: fotógrafo cego lançará livro de fotos e poesias no Senado Federal

O fotógrafo Luciano Ambrósio lançará, na terça-feira (17), às 18h30, o livro Meu Olhar, na Biblioteca Luiz Gama, no Senado Federal. Publicada pela editora Art Letras, a obra reúne fotografias e poesias produzidas pelo autor, que é cego. Para fotografar, Ambrósio identifica o espaço pelo tato, pela textura do chão, pela inclinação do terreno e pelos sons. Depois, utiliza um aplicativo que descreve imagens em voz alta para conferir o enquadramento antes de acionar a câmera. O método, desenvolvido pelo autor, resulta em fotografias com marcas próprias, como pequenos tremores e composições menos previsíveis. Os poemas abordam fé, espiritualidade e otimismo e complementam as imagens ao explorar sentidos que, para ele, não são expressos apenas pela fotografia. Com o livro, o autor pretende aproximar os leitores de uma experiência humana comum. O lançamento é aberto ao público.

OAB-DF cobra vacinas contra a mpox no DF

A Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) cobrou do Ministério da Saúde (MS) informações acerca da falta de vacinas contra mpox na rede pública do DF. Em ofício, a entidade solicita dados sobre o volume de doses destinado à capital, a quantidade pedida e a previsão de envio de novos lotes. Também pede medidas para proteger grupos prioritários e resposta em até cinco dias. Segundo a OAB-DF, a falta do imunizante pode comprometer ações de prevenção e profilaxia no DF.

JHONATAN CANTARELLE/AGÊNCIA SAÚDE DF



A ação partiu da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero

DF apura fraude em documentos de estrangeiros

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou a Operação Livro E, para cumprir 19 mandados de prisão temporária e 13 de busca e apreensão no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A ação investiga a obtenção de carteiras de identidade para estrangeiros com certidões de nascimento falsas. Há indícios de participação de intermediários, beneficiários e funcionários e ex-funcionários de um cartório do DF. O esquema teria usado registros cancelados e alterado dados em sistemas cartoriais para dar aparência legal aos documentos.

DF: audiência sobre residencial no Jardim Botânico

O Instituto Brasília Ambiental fará, em 15 de dezembro, uma audiência pública sobre o Relatório de Impacto de Vizinhança (Rivi) do Residencial Bela Vista. O encontro discutirá o licenciamento ambiental, na etapa de Licença Prévia, para o parcelamento de solo urbano na Fazenda Santa Bárbara, perto da DF-140, no Jardim Botânico (DF). A reunião será virtual, com acesso presencial e transmissão ao vivo no YouTube.

Projeto de lei

A prefeitura de Goiânia (GO) enviou à Câmara Municipal um projeto que atualiza o Código Tributário Municipal e prevê ampliar o acesso ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Social. O limite do valor venal dos imóveis beneficiados passará de R$ 181,6 mil para R$ 185 mil, com correção pela inflação. A proposta também reduz multas.

Mutirão de regularização

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) realizará, de 1º a 4 de dezembro, 500 audiências de conciliação para regularizar imóveis à rede coletora de esgoto de Cuiabá (MT). Os atendimentos serão presenciais, das 13h às 18h, no Complexo dos Juizados Especiais. A programação também terá atividades educativas sobre saneamento.

Pesca esportiva

Corumbá (MS) receberá, entre segunda (16) e terça-feira (17), o Workshop Turismo de Pesca Esportiva em Mato Grosso do Sul. O encontro será no Centro de Convenções do Pantanal de Corumbá e reunirá os setores público e privado para discutir sustentabilidade, conservação dos recursos pesqueiros, ordenamento da atividade e qualificação.

Reforma Agrária

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiás divulgou, na Plataforma de Governança Territorial, a lista preliminar dos candidatos aos 11 lotes do Projeto de Assentamento Campo Belo, em Jataí (GO). Os candidatos podem recorrer em até 10 dias corridos. Após a análise, será publicada a lista definitiva de famílias.

Dia do Rio Paraguai

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), por iniciativa do deputado estadual Lúdio Cabral (PT), realiza no sábado (14), às 10h, em Cáceres (MT), a 8ª audiência pública pelo Dia do Rio Paraguai. O encontro será na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e terá transmissão ao vivo por rádio e TV. A atividade ocorre anualmente desde 2019.

Serviços a indígenas

Moradores da Aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS), recebem, no sábado (15), atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o projeto MS em Ação, organizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MS). Servidores orientarão os indígenas sobre direitos previdenciários e acesso aos benefícios do órgão.

TONY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA



Governadora Celina Leão busca mobilizar a bancada do DF no Senado

GDF pede apoio contra o PLP 299, que tramita no Congresso

Projeto de Lei Complementar (PLP) pode reduzir em R$ 2 bi os repasses

Da **Redação**

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), articula com a bancada federal no Congresso Nacional uma mobilização para manter os recursos do Fundo Constitucional do DF (FCDF).

Na última quinta-feira (12), ela alertou que o Projeto de Lei Complementar (PLP) 299, em tramitação no Senado Federal, pode reduzir em R$ 2 bilhões os repasses previstos para 2027.

Segundo a Agência Brasília, o dinheiro financia os serviços de saúde, educação e segurança pública.

O governo do DF (GDF) informou que iniciou o diálogo com os parlamentares que representam a capital no Congresso. A equipe econômica acompanha a proposta.

A intenção do Executivo local é evitar a diminuição dos valores e preservar o custeio dos serviços mantidos com o fundo. Celina Leão pediu apoio dos moradores e dos integrantes da bancada federal contra a mudança.

De acordo com a governadora, a redução afetaria o orçamento das três áreas atendidas pelo mecanismo. Ela afirmou que a manutenção dos repasses é necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos no DF.

O PLP 299 está em análise no Senado e, conforme divulgado pelo GDF, pode alterar o cálculo dos valores transferidos à capital. Caso a redução de R$ 2 bilhões se confirme, o orçamento disponível para 2027 será menor. A proposta ainda está em tramitação e o corte não foi aprovado.

O FCDF foi criado pela Constituição Federal de 1988. O artigo 21, inciso XIV, prevê que a União repasse recursos para custear a organização e a manutenção das polícias Civil (PCDF) e Militar (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF).

O fundo também presta assistência financeira à execução de serviços públicos de saúde e educação. Por serem recursos federais, os valores são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O órgão verifica anualmente a regularidade da aplicação do dinheiro por meio do Processo de Contas Anuais.

A mobilização busca manter o modelo atual de financiamento. Além do contato com os parlamentares, o Executivo pretende ampliar o debate sobre os efeitos da proposta para os serviços prestados à população.

A decisão sobre o projeto cabe ao Congresso Nacional.

Pais transformam luto em luta por mudanças contra o bullying escolar no DF

Família de adolescente morto em Brasília busca cobrar respostas da sociedade e do poder público

Por **Mateus Lincoln**

CEDIDA



Morte de estudante mobiliza comunidade a pressionar parlamento e autoridades por leis específicas

A morte de um adolescente de 14 anos tem chamado a atenção em Brasília. Davi Helou Bernardes Mota estudava no Colégio Católica Brasília, em Taguatinga (DF). Lá, os familiares relataram que ele sofria, há cerca de dois anos, perseguições e ofensas por parte de um grupo de outros jovens.

Os pais, Aline Helou e Luiz Henrique Mota, são servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Ela é nutricionista e ele, enfermeiro, e atualmente ocupa um cargo de gerência na Atenção Primária da Região Centro-Sul.

A mãe, Aline Helou, contou que procurou a direção escolar desde os primeiros sinais de que o filho era alvo de bullying. Ela relembrou que transferiu Davi do Colégio Ideal, em Águas Claras (DF), pelo mesmo motivo e buscou a nova escola por acreditar que o perfil confessional da instituição proporcionaria um olhar mais humano a questões do tipo.

Por diversas vezes, eles buscaram o Colégio Católica na tentativa de solucionar a questão, mas avaliaram que as medidas apresentadas eram paliativas e serviam apenas para dar uma resposta formal à família.

Diante da sensação de negligência, agora buscam chamar a atenção da sociedade para o problema do bullying nas escolas e levar o debate ao parlamento, com o objetivo de incentivar a criação de leis que não se limitem à conscientização, mas também estabeleçam medidas concretas de prevenção e enfrentamento.

DOIS ANOS DE SOFRIMENTO

Os pais perceberam que algo estava errado quando o filho contou ao tio, irmão mais novo de Aline, que era alvo de insultos homofóbicos. A situação ficou mais evidente após um episódio em que Davi se sentiu excluído de uma festa.

"Me ligou pedindo para buscá-lo, enquanto chorava copiosamente", relatou o pai. Segundo Luiz, outros rapazes insultaram o filho devido à fantasia que ele havia escolhido.

Na primeira ida à escola, os pais conversaram com a orientadora pedagógica, que os acolheu e prometeu uma intervenção específica na turma, coincidentemente na semana de combate ao bullying. No entanto, segundo Aline, "a gente nunca recebeu retorno".

Depois, a família viu um comentário racista de um colega contra outro aluno em um grupo de WhatsApp e voltou para alertar sobre o caso. A orientadora prometeu medidas, mas, de novo, nada foi visto.

Em um terceiro episódio, a própria orientadora chamou os pais para falar sobre a proximidade de Davi com uma menina que também sofria bullying e chegou a sugerir que o namoro precoce do adolescente poderia ser uma forma de "reafirmar a masculinidade" diante dos comentários que ele recebia.

No ano seguinte, o mesmo colega que liderava um grupo de quatro meninos ameaçou bater em Davi, que só contou aos pais três meses depois. Os pais voltaram à escola, desta vez ameaçando processar o aluno, a família e a instituição.

A orientadora disse que chamaria as famílias, mas afirmou que "o máximo que a escola podia fazer era orientar" e que os alunos seriam separados de turma no ano seguinte. A separação aconteceu, mas Aline e Luiz nunca souberam se a perseguição também cessou.

A LUTA DOS PAIS

No último dia 6, foi realizado um ato no estacionamento do Colégio Católica em homenagem a Davi. Na ocasião, os pais relataram ter sido procurados por diversos outros estudantes que também passavam por situações similares, mas estes alertavam que nada adiantaria tomar uma atitude, pois as coisas não mudariam.

Durante a conversa, Luiz criticou a fragilidade da legislação sobre bullying. "Se fala em 'medidas cabíveis por parte das escolas' sem especificar quais são. Não obriga que o Conselho Tutelar seja notificado e não penaliza a escola em caso de omissão", comentou.

Tocada com o que ouviu de outros jovens e movida pelo sentimento de impotência diante das autoridades, Aline decidiu criar o e-mail davihelouvive@gmail.com para receber denúncias e depoimentos de outros estudantes.

Surpresa com o resultado, ela disse que, em menos de dois dias, recebeu mais de 40 mensagens vindas de diferentes locais do país. "Mostra que não é uma situação isolada".

Colegas de turma de Davi chegaram a criar um perfil no Instagram (@justicapordavihelou) para pedir justiça e também não deixar que o caso caia no esquecimento público.

Agora, a família busca mobilizar a sociedade, parlamentares e representantes do poder público em busca de uma legislação mais abrangente e específica, que aponte medidas para identificar, prevenir e combater casos de bullying.

"Eu falo que a minha intenção era ajudar meu filho, mas eu não consegui. A gente vai transformar isso numa luta para que outros pais não passem pelo que a gente está vivendo", contou Aline.

O QUE DIZ A ESCOLA

O Colégio Católica Brasília afirmou, em nota, que "teve conhecimento de relatos envolvendo situações de bullying e adotou providências de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento" conforme seus protocolos de proteção.

A escola declarou que mantém "ações permanentes de prevenção ao bullying, promoção da saúde emocional e valorização da vida", com respaldo de uma estrutura de proteção integral da União Brasileira de Educação Católica (Ubec), sua mantenedora, que inclui protocolos formais e uma Comissão Nacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

A escola reafirmou "seu compromisso com o acolhimento e o tratamento responsável de situações de violência" e sua disposição para colaborar com os órgãos competentes, mas afirmou que, "em respeito à privacidade dos envolvidos, não divulgará informações individuais" sobre os atendimentos.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO

O deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP) defende a criação de atendimento psicossocial prioritário para estudantes vítimas de bullying nas escolas do DF.

A medida está prevista no Projeto de Lei nº 2.170/2026, de autoria do parlamentar, que também propõe denominar a política distrital de enfrentamento ao bullying como Lei Rodrigo Castanheiras. O texto está tramitando na Câmara Legislativa do DF (CLDF).

Daniel de Castro afirmou que as leis atuais precisam avançar na proteção das vítimas. "Não basta identificar o problema, registrar a ocorrência ou punir o agressor. É preciso cuidar da vítima", declarou.

Para ele, o projeto busca garantir acolhimento imediato e acompanhamento especializado aos estudantes que apresentarem sinais de violência. A proposta estabelece que, identificados indícios de bullying, as escolas deverão preservar a privacidade da vítima, comunicar os responsáveis e providenciar o atendimento necessário.

O acompanhamento poderá ser realizado com a rede pública de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e instituições especializadas.

O parlamentar também citou o caso de Rodrigo Castanheira, cuja morte motivou a homenagem, como razão para ampliar o debate sobre a violência entre jovens. "A intenção é transformar a memória em uma iniciativa de proteção a outros estudantes" disse.

O QUE A PSICOLOGIA DIZ

A culpa sentida por pais e responsáveis após a morte de um filho não deve ser alimentada por explicações simplificadas sobre o ocorrido, afirma a psicóloga Thayene Belo, professora da Estácio Brasília e mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Segundo a especialista, o autoextermínio é um fenômeno complexo, que envolve diferentes fatores individuais, relacionais e sociais. Ela ressalta que, após uma perda, familiares costumam questionar se poderiam ter identificado sinais de sofrimento ou agido de outra maneira. No entanto, nem sempre os indícios são claros antes de uma tragédia.

Para ela, o acolhimento dos familiares após uma morte, chamado de pósvenção, deve incluir assistência psicológica e atenção às pessoas próximas.

Sobre a atuação das escolas, Thayene defende a criação de protocolos para identificar e interromper agressões, registrar ocorrências e acompanhar as vítimas. A especialista alerta que o bullying não deve ser tratado como brincadeira ou conflito comum entre estudantes.

"A prevenção é uma responsabilidade conjunta entre escola, família, comunidade, saúde e rede de proteção", afirmou ela citando que as instituições não devem encerrar o atendimento após uma reunião.

BRASILIANAS

POR **WILLIAM FRANÇA**

DIVULGAÇÃO/ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA



Entre os produtos adquiridos estão frutas e legumes

Zoológico passa a comprar alimentos de agricultores familiares do DF

O Zoológico de Brasília passou a integrar o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa-DF), iniciativa do Governo do Distrito Federal que compra alimentos diretamente de pequenos agricultores. Com a adesão, parte dos hortifrutigranjeiros servidos aos cerca de 540 animais da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) virá de produtores rurais participantes.

A contratação prevê 18 tipos de produtos, com investimento de R$ 299.996,43. Estão na lista banana, goiaba, abóbora, batata-doce, tomate, cenoura, couve, beterraba e acelga. Podem fornecer agricultores familiares rurais e urbanos e demais beneficiários enquadrados na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. As dietas são formuladas por uma zootecnista conforme as necessidades de cada indivíduo e incluem espécies frugívoras, herbívoras, onívoras e carnívoras.

Por isso, o fornecimento contínuo de alimentos frescos e de qualidade é considerado indispensável para o bem-estar e a saúde dos animais sob cuidados humanos. O programa, coordenado pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF), busca fortalecer a economia rural, valorizar a produção local e ampliar a geração de renda no campo.

DIVULGAÇÃO



A obra estreou em 1890 em São Petersburgo

Balé russo encena clássico no Ulysses, amanhã

A tradição do balé imperial russo ocupa o Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães neste sábado (14), às 19h, com a montagem de 'A Bela Adormecida' pelo Ballet de San Petersburgo. Estreada originalmente em 1890 no Teatro Mariinsky, a obra imortalizou a histórica parceria entre o compositor Piotr Ilitch Tchaikovsky e o coreógrafo francês Marius Petipa, consolidando os padrões técnicos e estéticos do repertório clássico acadêmico. Baseado no conto de Charles Perrault sobre o feitiço da fada Carabosse contra a princesa Aurora, o espetáculo traz à capital federal dois solistas ligados às principais escolas da dança na Rússia, com Alexander Volchkov, do Ballet Bolshoi de Moscou, e Ivan Oskorbin, do Ballet Mariinsky. Além da récita noturna, há opção de acesso antecipado ao teatro às 17h para acompanhar o ensaio geral e a preparação técnica antes da abertura das cortinas. Com classificação livre e bilheteria na plataforma Ticket and Go, a apresentação conta com realização da Oh! Artes e patrocínio da Brasal.

'Márcia Tauil Convida' homenageia o poeta ACQ

A edição de encerramento do ano do 'Márcia Tauil Convida' será realizada no sábado (14), às 20h, na sala anexa da Galeteria Beira Lago. A noite reúne música, poesia e encontros com nomes ligados à trajetória da anfitriã e à vida cultural de Brasília.

A programação começa com homenagem a ACQ, poeta, jornalista e escritor, parceiro de Márcia Tauil em trabalhos e encontros, especialmente na convivência em torno do 'Guia Musical de Brasília'. Na segunda parte, a poesia se une à música com Edimar Silva e Vanessa Pinheiro, que levam ao palco poemas e canções da parceria, e com Janine Oliveira e Pecê Sousa. O encerramento fica com Silvinha Villela, acompanhada pelo violonista Jorge Nunes, em apresentação que também representa a história do 'Novas Vozes de Brasília'. A contribuição artística é de R$ 45, antecipados pelo Pix 61 99198-9009, para quem quiser garantir presença. Não há consumação obrigatória no evento. A Galeteria Beira Lago estende ao público do evento o desconto oferecido em seu site para quem quiser consumir.

Três shoppings irão receber o Papai Noel

Três shoppings do Distrito Federal recebem o Papai Noel neste fim de semana, com programação gratuita. No sábado (14), o **Boulevard Shopping Brasília** começa às 13h com oficinas, concerto de violinos, banda marcial e musical da Broadway Show. O Papai Noel chega às 16h40 e atende para fotos das 17h às 22h. No mesmo dia, o **Conjunto Nacional**, que completa 55 anos, abre a programação às 15h com pintura facial e personagens. A chegada do Papai Noel, às 17h, será com a Caravana da Coca-Cola, e as fotos ocorrem das 17h30 às 19h. O shopping também recebe doações para o Natal Sem Fome, da Ação da Cidadania: a cada R$ 30, o equivalente a 4 kg de alimentos vai para famílias vulneráveis. No domingo (15), o **DF Plaza Shopping**, em Águas Claras, inicia às 12h a programação com oficinas, espetáculo e parada natalina com tradução em Libras. As oficinas de árvore de Natal e de cupcake têm vagas limitadas e exigem inscrição no aplicativo do shopping. As fotos com o Papai Noel serão das 18h às 19h. Depois da abertura, ele atende de quinta a domingo, das 12h às 20h.

DIVULGAÇÃO



Evento homenageará dentista voluntária do DF, destaque na ONG em 2025

Brasília recebe pela primeira vez uma edição do Sorriso do Bem

Encontro reúne dentistas voluntários que promovem atendimentos gratuitos

Por **Mateus Lincoln**

Entre domingo (15) e terça-feira (17), Brasília receberá, pela primeira vez, a 20ª edição do Sorriso do Bem, um encontro nacional e gratuito promovido anualmente pela organização não governamental (ONG) Turma do Bem.

Cerca de 700 pessoas, entre dentistas voluntários, profissionais da rede pública de saúde e estudantes de Odontologia, devem participar das atividades na ApexBrasil e na Universidade Católica de Brasília (UCB), em Taguatinga.

Neste ano, a homenageada será a brasiliense Daniele Machado Pedrosa, que é dentista voluntária e especialista em prótese dentária. Ela recebeu, em 2025, o título de "Melhor Dentista do Mundo" e está na organização desde 2016.

"Não vejo esse título apenas como uma conquista individual, mas como o reconhecimento dos 19 mil dentistas voluntários que dedicam seu conhecimento, seu tempo e seu carinho a pessoas que, muitas vezes, não teriam condições de acessar o tratamento odontológico", afirmou.

À reportagem, Pedrosa apontou que os obstáculos ao acesso à saúde bucal no DF estão relacionados aos grandes deslocamentos, às filas e à oferta limitada de tratamentos especializados.

A voluntária também defendeu a integração entre universidades, serviços públicos e organizações sociais.

"Saúde bucal não deve ser um privilégio de quem pode pagar, mas um direito de todos", afirmou Pedrosa.

A organização já ofereceu tratamento odontológico gratuito a cerca de 95 mil pessoas e espera chegar a 100 mil em 2027. A rede atende jovens em situação de vulnerabilidade social e mulheres sobreviventes de violência.

Com o tema "Força de um legado", o encontro deste ano terá debates sobre direitos humanos, saúde e cidadania.

Fábio Bibancos, fundador e presidente voluntário da Turma do Bem, afirmou que a falta de atendimento odontológico reflete desigualdades.

"A boca é o retrato das diferenças sociais no Brasil. Quem não tem acesso ao tratamento odontológico muitas vezes deixa de comer, de sorrir, de estudar e de viver com dignidade", explicou ele.

A programação também contará com uma aula magna na UCB e a participação do ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, que encerrará o evento na terça.

CORREIO FLUMINENSE

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DO ESTADO



Certame do órgão contempla 40 vagas para os cinco cargos

Estado homologa resultado final do concurso público do Procon-RJ

O Governo do Estado do Rio homologou o resultado final do concurso público da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-RJ). A homologação foi publicada no Diário Oficial de quinta-feira (12) e contempla 40 vagas para os cinco cargos oferecidos no certame: advogado, analista de proteção e defesa do consumidor, agente de proteção e defesa do consumidor, agente administrativo e técnico em informática. A seleção integra as ações de fortalecimento da estrutura do Procon-RJ, responsável pela execução das políticas públicas de proteção e defesa dos direitos dos consumidores em todo o estado. A publicação representa a conclusão de mais uma etapa do concurso e oficializa as listas de classificação dos candidatos aprovados, tanto para as vagas imediatas quanto para a formação de cadastro de reserva.

Encontro dos Órgãos de Controle Interno

A Escola do Legislativo (Elerj), da Alerj, irá sediar, no dia 25 (quarta-feira), o 17º Encontro dos Órgãos de Controle Interno dos Municípios do Rio de Janeiro. Batizado de "Controle Interno em Rede", o objetivo do evento é dar ênfase ao controle preventivo, por meio do compartilhamento de estratégias, experiências e boas práticas na Administração Pública. O encontro será a partir das 9h, no auditório da Elerj, no 2º andar do Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento fluminense.

DIVULGAÇÃO/ALERJ



Escola do Legislativo sedia evento na próxima semana

Inscrições Cederj 2027.1

O Governo do Estado do Rio de Janeiro fez a última chamada para interessados em realizar o Vestibular Cederj 2027.1 para fazer faculdade pública e gratuita. São cerca de 7.165 vagas em 16 cursos de graduação de Ensino à Distância (EAD), oferecidos por oito universidades públicas do estado do Rio. Há cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológicos, no formato semipresencial, em polos em diferentes regiões do estado. As inscrições vão até este doimingo (15), com taxa de R$ 95,00. As provas presenciais serão em 6 de dezembro.

SES-RJ debate uso da inovação

A transformação digital e o uso da tecnologia para melhorar a assistência à população foram os temas do debate "Saúde 5.0: a tecnologia a serviço do cuidado", que abriu a programação no estande da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), nesta quinta-feira (12), segundo dia da Fisweek. Especialistas explicaram que o conceito de Saúde 5.0 prevê o uso estratégico da tecnologia para otimizar serviços.

Concursos

Candidatas que amamentam filhos de até seis meses poderão fazer as provas de concursos públicos estaduais em locais próximos dos endereços residenciais declarados no ato da inscrição. A proposta consta no Projeto de Lei, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), aprovado pela Alerj, em em segunda discussão.

Texto amplia lei

O texto amplia a Lei 8.355/19, que assegura às mulheres lactantes o direito de amamentar durante as provas, e inclui acompanhamento do fiscal durante o período de amamentação. Segundo a proposta, essas mães ainda esbarram no obstáculo que é percorrer com o bebê a longa distância até o local onde ocorrerá o certame.

Medidas cautelares

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou a Resolução 91/2026, na qual outorga medidas cautelares em favor dos adolescentes e jovens adultos privados de liberdade no Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves (Cense), em Campos dos Goytacazes.

Trabalho conjunto

A decisão internacional é fruto do trabalho conjunto da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Coordenadoria da Infância e Juventude, da Coordenadoria de Saúde e Tutela Coletiva da defensora pública Carolina Hennig e do defensor público Carlos Lessa (da Vara da Infância e da Juventude de Campos).

Gravidade

A atuação da Defensoria mostrou ao órgão internacional um cenário de extrema gravidade, urgência e riscos de danos irreparáveis aos socioeducandos. A petição demonstrou um cotidiano marcado por infraestrutura insalubre, racionamento severo de água potável, sobrecarga térmica e negligência no atendimento à saúde física e mental.

Projeto Prisma

O Ministério Público do Estado do Rio conquistou o primeiro lugar com o projeto Prisma e foi premiado em outras quatro categorias do Prêmio CNMP 2026. Segunda instituição com o maior número de indicações à premiação, o MPRJ foi finalista em 5 categorias e obteve ainda três segundos lugares e um terceiro lugar.

DIVULGAÇÃO/INEA



Cooperação foi firmada durante a COP31

Estado anuncia R$ 33,8 milhões adicionais para Mata Atlântica

Cooperação fomenta pagamento por serviços ambientais

Da **Redação**

O Governo do Estado do Rio anunciou, na COP31, em Antalya, na Turquia, a ampliação da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Com R$ 33,8 milhões adicionais do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, a cooperação financiará ações de conservação e restauração da Mata Atlântica, agroecologia e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis, com execução prevista até abril de 2031. Entre as principais novidades da nova fase está a implementação do Programa Conexão Mata Atlântica, com pagamento por serviços ambientais e apoio técnico aos produtores rurais.

As metas da iniciativa abrangem 300 hectares de conservação, 1.500 hectares de restauração, 550 hectares de agroecologia e 175 hectares de boas práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade. O universo potencial de atendimento reúne 8.500 propriedades rurais, com participação sujeita aos critérios de seleção e às condições dos editais.

ÁREAS PRIORITÁRIAS

A atuação terá como áreas prioritárias as regiões hidrográficas do Piabanha, da Baía de Guanabara e do Rio Dois Rios. Os participantes contarão com assistência técnica continuada e projetos individuais para suas propriedades, reunindo diagnóstico, ações, cronograma e indicadores de acompanhamento. O apoio abrangerá os pagamentos pelos serviços ambientais e investimentos necessários à implantação das práticas, como aquisição de mudas e sementes, cercamento de áreas em recuperação e medidas de conservação da água e do solo.

Entre as inovações está o PSA Agroecologia, que incentiva a transição para sistemas produtivos de menor impacto ambiental. O acompanhamento permitirá identificar os avanços de cada propriedade e orientar a assistência técnica e os incentivos financeiros.

A proposta reconhece os benefícios ambientais gerados também nas áreas de produção, valorizando práticas que favoreçam a biodiversidade e melhorem as condições do solo e da água. O fortalecimento das cadeias produtivas incluirá apoio à regularização e à gestão de organizações comunitárias.

DIVULGAÇÃO



Primeira unidade integra planejamento que prevê oito veículos adaptados às ruas de pedra do Centro Histórico e dependeu de autorização do Iphan

Paraty inicia transição para charretes elétricas após anos de impasse

Mudança busca preservar atividade turística e patrimônio histórico

Por **Agatha Amorim**

A substituição das charretes puxadas por cavalos por veículos elétricos começa a sair do papel em Paraty. A primeira unidade será entregue neste sábado (14), às 10h, em cerimônia na Praça da Matriz, no Centro Histórico. A iniciativa marca uma nova etapa de um processo discutido há anos no município, que envolve a atividade turística, a preservação de uma tradição local e a proteção dos animais. A cerimônia será aberta ao público.

A permanência dos passeios com tração animal já havia sido questionada após a aprovação da Lei Municipal nº 2.520/2024, que proibiu a circulação de charretes para fins turísticos. Em reportagem publicada em agosto, o Correio Sul Fluminense mostrou que os veículos continuavam em operação durante a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), realizada entre 23 e 26 de julho.

O levantamento reuniu denúncias de maus-tratos e condições inadequadas de trabalho. Entre os relatos estavam cavalos feridos ou debilitados que continuavam em serviço, jornadas prolongadas sob altas temperaturas e falta de água adequada. Os animais também eram empregados no transporte de materiais de construção, entulho, lenha e móveis. A advogada especializada em Direito Animal Giovana Poker afirmou que a questão tramitava no Judiciário desde 2021, sem julgamento definitivo.

SÔNIA PAES/CSF



Denúncias de maus-tratos expuseram condições de trabalho dos animais

A mudança ganhou encaminhamento formal com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em agosto, pela Prefeitura, pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Animal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pela Associação de Charreteiros. Dois dias depois, o jornal detalhou os termos do acordo, que estabeleceu prazo de 16 meses para a substituição gradual das charretes por modelos elétricos.

O planejamento previa oito veículos. Duas unidades seriam adquiridas com recursos de doações e já estavam em produção, enquanto outras seis seriam viabilizadas com a participação de empresários locais e da iniciativa privada. A definição dos modelos levou em conta as características das ruas do Centro Histórico, especialmente o calçamento de pedras, e dependia de autorização do Iphan. A unidade que será entregue neste sábado é a primeira dessa transição.

O projeto reúne a administração municipal, a Associação de Carruagens de Paraty, representantes da iniciativa privada e integrantes da sociedade civil. Segundo a Prefeitura, a ação também está alinhada à Lei Municipal nº 2.692/2026, que estrutura a Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal. Paraty é reconhecida pela Unesco como Patrimônio Mundial, na categoria de sítio misto, por seus valores culturais e naturais.

O prefeito Zezé Porto classificou a iniciativa como um marco para a proteção dos animais. O presidente da Associação de Carruagens de Paraty, Lorival Trindade, celebrou o projeto e afirmou que ele aproxima a tradição da cidade de uma nova forma de funcionamento, com atenção ao bem-estar animal. A secretária municipal de Bem-Estar Animal, Carmelita Rosendo, convidou a população a acompanhar a cerimônia.

A Prefeitura informou que o processo também prevê cuidados com os cavalos que trabalhavam nas charretes. O município mantém o cadastramento, a microchipagem e o acompanhamento veterinário dos animais, com o objetivo de assegurar assistência à saúde e uma destinação responsável durante o período de transição.

Motoclube promove evento com seis bandas de rock

Da **Redação**

O rock clássico vai embalar o Centro Histórico de Paraty neste fim de semana, durante o tradicional encontro anual promovido pelo Moto Clube Piratas de Paraty. Com entrada gratuita, o evento contará com seis apresentações musicais, praça de alimentação e tendas de expositores. A programação será realizada na área em frente à Igreja Matriz, um dos principais espaços culturais da cidade.

Na sexta-feira e no sábado, seis bandas sobem ao palco com repertório de sucessos do rock nacional e internacional. A expectativa é receber motociclistas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além de moradores e turistas que visitam o município.

Entre as atrações estão a Novah U2, banda cover do grupo irlandês U2, e a Faixa Etária, conhecida no circuito de encontros motociclísticos. A última se apresenta no sábado, às 22h, e retorna a Paraty pela quarta vez. Segundo a vocalista Zell Palmar, a apresentação representa a oportunidade de levar o trabalho do grupo novamente à cidade, que se destaca pela história, cultura e belezas naturais.

O presidente do Moto Clube Piratas de Paraty, Zaqueu Marendais, destacou a localização do evento e o apoio da Prefeitura e dos comerciantes locais. Além dos shows, os visitantes poderão aproveitar passeios de barco pela Baía de Paraty e roteiros de jipe que incluem visitas aos alambiques da região.

DIVULGAÇÃO



Banda Faixa Etária retorna a cidade pela quarta vez

CORREIO
NORDESTE

AGÊNCIA GOV



No cenário nacional, os resultados foram de retração de 0,1%

Setor de serviços da Paraíba cresce pelo nono mês

O setor de serviços da Paraíba registrou crescimento de 2,8% em setembro, na comparação com o mesmo mês de 2025. Foi o nono resultado positivo consecutivo em 2026. O desempenho contrariou a média nacional, que teve retração de 0,1%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Na comparação com agosto, a expansão estadual foi de 1,7%. Já no acumulado de janeiro a setembro, o avanço chegou a 2,6%, acima do índice nacional de 1,5%. O levantamento também mostrou que 12 das 27 unidades da Federação tiveram queda na comparação anual. O segmento também liderou a geração de empregos formais. Entre janeiro e setembro, foram criadas 14.230 vagas com carteira assinada, de um saldo total de 21.755 postos. Até setembro, a Paraíba contabilizava 273.578 vínculos ativos no setor, alta de 5,49% em relação ao início do ano.

Encontro orienta empresas sobre inovação

Empresas interessadas em investir em inovação poderão participar, na quinta-feira (12), de uma oficina sobre incentivos fiscais da Lei do Bem, em Teresina (PI). O encontro será às 16h, no Avexa Hub, durante o VIII Seminários Integrados da Universidade Federal do Piauí (SIUFPI 2026). A atividade integra ações do Núcleo da Nova Indústria Brasil no Piauí, vinculado ao Programa NE 4.0, coordenado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

DEPOSITPHOTOS/ DIVULGAÇÃO



Evento apresentará alternativas paras reduzir custos

Nova estrutura é destaque em Alagoas

O Governo de Alagoas inaugurou, na quarta-feira (11), a 91ª unidade do programa Creche Cria, no bairro Craúna, em São José da Tapera. O Centro Educacional Infantil Marinalva Alves Pereira recebeu R$ 4,9 milhões e pode atender até 200 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. A obra em questão gerou cerca de 40 empregos diretos e indiretos durante a construção. Unidade conta com salas de creche e pré-escola, espaço multiuso, pátio coberto, playground, horta pedagógica e refeitório.

Força-tarefa investiga causas de odor em lagoa

O Governo do Maranhão mobilizou a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) e as secretarias de Estado de Infraestrutura (Sinfra), do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) e de Governo (Segov) para apurar o odor na Lagoa da Jansen, em São Luís. A Sinfra relaciona o problema a falha de energia que prejudicou a renovação da água. A Caema identificou ligações irregulares de esgoto.

Duplicação

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) concluiu a duplicação de dois trechos da principal adutora de água tratada da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com mais de 8,6 km de extensão. A obra recebeu investimento superior a R$ 107 milhões e ampliou em até 1.000 litros por segundo a capacidade de transporte.

Classificação

O Governo da Paraíba obteve classificação ouro no ciclo de 2026 do Programa Nacional de Transparência Pública, coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O índice passou de 64,98% em 2025 para 88,49% neste ano, alta de 23,51 pontos percentuais. A análise considera dados sobre receitas.

Inauguração

O Governo de Alagoas inaugurou a 91ª unidade do programa Creche Cria em São José da Tapera, no bairro Craúna. O Centro Educacional Infantil Marinalva Alves Pereira é a segunda unidade e recebeu R$ 4,9 milhões em investimentos. A estrutura pode atender até 200 crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e conta com salas de creche e pré-escola.

Parcerias

Startups paraibanas de saúde ampliaram parcerias e negócios internacionais após participar de missões do Governo da Paraíba ao Web Summit, em Lisboa e no Rio de Janeiro. As empresas desenvolvem soluções com inteligência artificial, gestão do SUS, jogos para hábitos saudáveis e roupas com sensores. As ações são coordenadas pela Secties.

Programa

O Maranhão recebeu, pelo 3º ano consecutivo, o Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública. A certificação foi entregue ao governador Carlos Brandão, em 10 de novembro, no Rio de Janeiro. A avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil considera a divulgação de informações públicas.

Reconhecimento

A Alagoas Previdência recebeu 6 notas A no Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social, avaliação do Ministério da Previdência Social. As classificações contemplam os índices de Regularidade, Envio de Informações, Gestão e Cobertura Previdenciária, além dos critérios de Gestão e Transparência e Atuária.

ASCOM SE



Fábio Mitidieri anunciou plano de contingência com ações emergenciais

Crise hídrica leva Sergipe a cancelar o evento de verão

Recursos do evento serão destinados a medidas contra estiagem

Da **Redação**

O Governo de Sergipe confirmou o cancelamento do Verão Sergipe 2027 e anunciou o remanejamento dos recursos previstos para o evento para ações de enfrentamento à estiagem e aos efeitos do El Niño. A decisão foi apresentada pelo governador Fábio Mitidieri durante reunião com representantes de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. O estado também prevê decretar situação de emergência nos próximos dias, diante da redução dos volumes de chuva e dos impactos no abastecimento de água.

Os recursos serão destinados à ampliação da operação de carros-pipa, limpeza de aguadas, distribuição de forragem e cestas básicas, além de outras medidas de assistência à população e aos produtores rurais. A crise hídrica, que inicialmente afetava principalmente a agricultura e a pecuária, também já passou a comprometer o fornecimento de água na Grande Aracaju, devido à queda do nível da Barragem do Poxim.

O plano de contingência prevê a primeira fase do racionamento preventivo em Aracaju e Nossa Senhora do Socorro a partir de 16 de novembro. A redução do abastecimento deverá ocorrer entre 22h e 7h, em dias alternados, para preservar os mananciais. Hospitais, escolas, creches e outros serviços essenciais terão prioridade no fornecimento e poderão receber água por caminhões-pipa, se necessário.

Entre as medidas para ampliar a oferta estão a retomada da captação do Poxim II, a perfuração de sete poços na região metropolitana e a instalação de dois equipamentos flutuantes para captar água quando a barragem atingir o volume morto. O plano inclui a conclusão da adutora de Nossa Senhora do Socorro e a inclusão da terceira linha da Adutora do São Francisco no Programa de Aceleração.

A redução das chuvas contribuiu para a crise. Entre janeiro e outubro de 2026, Sergipe registrou queda de 450 milímetros de precipitação em comparação com o mesmo período de 2025. Na quadra chuvosa, entre abril e julho, a redução chegou a cerca de 550 milímetros. Os efeitos já atingem a agricultura familiar e a pecuária, além de aumentar as ocorrências de incêndios florestais, em meio às altas temperaturas e à baixa umidade.

CORREIO NORTE

ASCOM ACRE



Reunião entre Acre e empresa americana Wildlife Works

Acre discute novos aportes para proteger florestas

Representantes do governo do Acre se reuniram, na COP31, realizada na Turquia, com executivos da empresa americana Wildlife Works para discutir a ampliação de investimentos em conservação florestal e apoio aos povos indígenas. O encontro tratou de estender a atuação da companhia, que já mantém parceria com o povo Yawanawá, e integrar a cooperação às políticas públicas. A reunião abordou a participação dos setores público e privado na proteção das florestas e na melhoria das condições de vida das populações de territórios tradicionais. A Wildlife Works atua com financiamento climático e gestão florestal. Os recursos podem apoiar ações de conservação, saúde e geração de renda em aldeias indígenas e comunidades florestais. Pelo governo, participaram representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas e do Instituto de Meio Ambiente do Acre.

Ônibus gratuito para o Enem

A Prefeitura de Benevides (AP) vai oferecer transporte gratuito aos candidatos que farão a segunda prova do Exame Nacional do Ensino Médio 2023, neste domingo (15). O serviço atenderá estudantes que precisam se deslocar entre a sede do município e o distrito de Murinin. Os ônibus sairão da Praça do Maguari, às 11h, e da praça em frente ao CIC, às 11h30. No sentido contrário, os veículos partirão do final da linha nos mesmos horários. A preparação foi reforçada pelo Cursinho Municipal Aprova Benevides.

ASCOM AP



Esta segunda etapa do Enem tem início às 13h30

Rede de atendimento em Rondônia

Rondônia já emitiu 534.270 Carteiras de Identidade Nacional (CIN), segundo levantamento da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, atualizado em 6 de novembro. O estado tem 57 postos de atendimento, com oferta de 1.034 vagas por dia. Outros 6.324 documentos aguardam retirada pelos titulares. O antigo Registro Geral (RG) continua válido até 28 de fevereiro de 2032. A emissão da nova carteira faz parte do processo de modernização da identificação civil e utiliza o CPF como número de identificação nacional.

Santarém recebe decisões do futsal paraense

O Juventude Grupo Mega venceu o Pulga por 5 a 0 na decisão do Campeonato Paraense de Futsal – Polo Oeste 2026, na Arena Estadual do Oeste do Pará, em Santarém. Com o resultado, os 2 clubes garantiram vaga na fase final, marcada para 2 a 7 de dezembro, em Tailândia. A competição é organizada pela Federação de Futsal do Pará (Fefuspa), com apoio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel).

Ação da Polícia

Equipes da Base Fluvial Candiru apreenderam 15,930 quilos de drogas durante abordagem a uma embarcação no município de Juruti, no oeste do Pará. A carga estava em uma bagagem transportada por um passageiro. Foram encontrados 0,560 kg de cocaína, 3,140 kg de crack e 12,230 kg de substância semelhante à maconha.

Liga Jovem

O Amapá terá 3 equipes, com 12 participantes, na etapa nacional da 4ª edição do Desafio Liga Jovem, de 1º a 4 de dezembro, em Brasília. Os grupos são das categorias Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, com projetos de inovação. A competição é promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Desenvolvimento

As 3 últimas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas aprovaram 188 projetos industriais, com previsão de 5.482 vagas e investimentos superiores a R$ 5,3 bilhões em aportes. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, a reunião de junho respondeu por 80 projetos.

Lançamento

A Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) lançou, em 11 de novembro, um novo Portal da Transparência para ampliar o acesso da população a informações institucionais. A plataforma organiza os dados e permite consultas por meio de ferramentas automatizadas. A mudança atende a recomendações de órgãos de controle e auditoria.

Saúde

O governador do Amazonas, Roberto Cidade inaugurou a Carreta do Coração, unidade móvel que oferece consultas com cardiologista e exames. O serviço pode realizar mais de 3 mil atendimentos por mês. A partir de 16 de novembro, a estrutura seguirá para Novo Airão, onde ficará até 27 de novembro. O acesso é feito por agendamento.

Concurso

O governo do Acre abriu nesta semana as inscrições para o concurso da Polícia Civil, com 139 vagas de nível superior. O prazo termina em 14 de dezembro, às 23h59, pelo site do Idecan. A seleção, organizada pela Secretaria de Estado de Administração (Sead) e pela Polícia Civil (PCAC), abrange 6 carreiras, com salários de R$ 6.342,07.

DHÁRCULES PINHEIRO/SECOM



Governo tem apostado em qualificação e fortalecimento do setor

Acre lidera alta em serviços no ranking do país em 2026

Pesquisa do IBGE aponta alta anual de 30% e avanço mensal

Da **Redação**

O Acre registrou crescimento de 30% no volume de serviços em setembro de 2026, na comparação com o mesmo mês de 2025, e alcançou a maior variação entre os estados. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No confronto com agosto, o avanço foi de 7,1%, também o maior resultado entre as unidades da Federação. No país, o indicador apresentou variação de -0,1% nessa comparação.

De janeiro a setembro, o setor acumulou alta de 7,6% no Acre. No mesmo intervalo, a média nacional foi de 1,5%. A PMS acompanha a evolução do volume de serviços, sem que esse percentual represente necessariamente aumento equivalente no faturamento das empresas.

A pesquisa reúne atividades como transporte, tecnologia da informação, comunicação, turismo, alimentação, saúde, educação, serviços profissionais e atividades administrativas, além de serviços prestados às famílias. No Acre, o segmento representa a maior parcela da atividade econômica estadual. O governo cita investimentos em infraestrutura, logística, conectividade digital, turismo, qualificação profissional e apoio a pequenos e médios empreendedores entre as medidas para estimular o setor.

Os dados do mercado de trabalho também apontam saldo positivo. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o setor registrou 2.178 admissões e 1.831 desligamentos em setembro, encerrando o mês com saldo de 347 postos formais.

O resultado corresponde à diferença entre contratações e demissões no período.

Alimentação, tecnologia da informação, serviços empresariais, logística, saúde, educação e turismo estão entre as áreas que contribuem para a atividade econômica local. A PMS acompanha a atividade do setor, enquanto o Caged reúne dados de admissões e desligamentos com carteira assinada. Os indicadores permitem observar produção e emprego formal local.

Com os dados de setembro, o Acre liderou o ranking nacional de crescimento do volume de serviços na comparação mensal e anual. No acumulado de janeiro a setembro, o avanço estadual também superou a média brasileira.

CORREIO SUL

HELENA PONTES/AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS



A construção civil foi o único setor com crescimento anual

PR: saldo de empregos caiu 52,4% em relação a setembro de 2025

O Paraná criou 5,8 mil empregos com carteira assinada em setembro, resultado de 161,7 mil admissões e 155,9 mil desligamentos. O saldo, porém, caiu 52,4% em relação ao mesmo mês de 2025, quando foram abertas 12,1 mil vagas. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e foram analisados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio-PR). A construção civil foi o único setor com crescimento anual: registrou 725 novos postos, alta de 101,9%. O comércio abriu 1,3 mil vagas, 53,9% a menos que em setembro do ano passado. Já os serviços tiveram saldo de 2,3 mil empregos, queda de 66% ante os 6,8 mil registrados em 2025. Juntos, comércio e serviços criaram 3,6 mil vagas, o equivalente a 63,5% do resultado estadual. O setor terciário concentra 2,1 milhões de vínculos formais, o que coloca o Paraná na 4ª posição entre os maiores empregadores do país.

MPSC apura corrupção no Hospital de Caçador

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) cumpriu 11 mandados de busca e apreensão na quinta-feira (12) em Caçador, Chapecó e Biguaçu. A Operação Assepsia apura suspeitas de irregularidades na gestão de hospital filantrópico de Caçador que recebe recursos públicos. São investigados direcionamento de contratos, vantagens indevidas e movimentações financeiras sem justificativa. Foram apreendidos R$ 128,6 mil em espécie.

DIVULGAÇÃO/MPSC



Foram apreendidos R$ 182,6 mil em espécie durante a ação

Saque-calamidade para mais 8 cidades do Sul

Moradores de São José do Cedro (SC), Astorga (PR) e Querência do Norte (PR), Caibaté (RS), Eldorado do Sul (RS), Farroupilha (RS), Santo Antônio das Missões (RS) e Sentinela do Sul (RS) podem solicitar o saque-calamidade pelo Aplicativo FGTS da Caixa. Em Farroupilha, o prazo termina em 1º de fevereiro de 2027; nas demais cidades, em 9 de fevereiro. É preciso ter saldo no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e não ter feito retirada pelo mesmo motivo nos últimos 12 meses. O limite é R$ 6.220 por conta, até o saldo disponível.

SC: 3 foram presos por obter dados de idosos

A Polícia Civil de Santa Catarina prendeu três suspeitos em Joinville (SC) por enganar idosos em consultoria jurídica. O grupo prometia valores a receber e agendava atendimentos. Os envolvidos fotografavam documentos, coletavam imagens e pediam acesso às contas Gov.br. Os dados poderiam ser usados para abrir contas e pedir empréstimos. Três vítimas foram identificadas e outras 20 pessoas podem ter passado pelo local.

Parto humanizado

A prefeitura do Rio Grande (RS) promove, de segunda (16) a quinta-feira (19), a 4ª Semana Municipal de Conscientização e Luta pelo Parto Humanizado. A programação inclui audiência pública, seminário sobre cuidado colaborativo e visitas às maternidades da Santa Casa e do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio Grande (Furg).

Atingidos por tornado

A prefeitura de Chapecó (SC) passou a fazer nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) os cadastros de moradores atingidos pelo tornado. Os locais funcionam das 8h às 12h e das 13h às 17h. É possível registrar o pedido de telhas e solicitar atendimento social, colchões, alimentos e roupas. A entrega de telhas segue de casa em casa.

IA auxilia a polícia

A plataforma de inteligência artificial (IA) das polícias do Paraná ajudou a solucionar mais de 3 mil casos entre janeiro e 31 de outubro. No período, foram registradas cerca de 2,3 mil prisões e mais de 770 veículos recuperados. A IA auxilia investigações e o planejamento de patrulhas pelas forças de segurança. O programa começou em 2026.

Mutirão de limpeza

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) realiza no domingo (15) um mutirão de limpeza na Estrada Francisca de Oliveira Vieira, na Zona Sul de Porto Alegre (RS). O serviço contará com 12 garis, uma retroescavadeira e seis caminhões. A ação busca retirar resíduos descartados irregularmente e conservar os espaços públicos.

Homem matou agente

O homem que confessou matar uma agente comunitária de saúde em Guaraciaba (SC) está preso preventivamente a pedido do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). A agente foi baleada durante visita domiciliar no último dia 4. O suspeito alegou insatisfação com as visitas mensais. O MPSC aguarda o fim do inquérito para denunciar.

Emissão de gás carbônico

O governo do Paraná reduziu em 15% as emissões de carbono da frota oficial, de 38.150 toneladas de CO2 em 2024 para 32.428 neste ano. O resultado foi apresentado pela Secretaria da Administração e da Previdência (Seap-PR) ao Banco Mundial, em Curitiba (PR). O projeto monitora 1,8 mil veículos; mais de 1,1 mil já têm equipamentos.

ASCOM RS



Parceria entre o RS e a UNDRR foi anunciada durante a COP30

RS terá centro para planejar recuperação após desastres

Projeto reúne gestão de riscos e pesquisa para orientar a reconstrução

Da **Redação**

O governador Eduardo Leite reuniu-se na quinta (12), em Antália, na Turquia, com o secretário-geral do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), Kamal Kishore, para tratar da implantação do Centro Regional de Excelência para a Recuperação Resiliente (Cerr) no Rio Grande do Sul. Desenvolvida pelo governo gaúcho com a agência da Organização das Nações Unidas (ONU), a iniciativa busca ampliar a capacidade do Estado e dos municípios de planejar a recuperação após desastres.

O centro será instalado no complexo do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird), em Porto Alegre, e atuará junto às estruturas de monitoramento e resposta a eventos extremos e ao Centro de Referência Internacional em Estudos Relacionados às Mudanças Climáticas (Criec). A proposta é integrar profissionais da Defesa Civil e especialistas às pesquisas de universidades.

O Estado reservou recursos para contratar equipe especializada, com apoio técnico da UNDRR. A previsão é que a estrutura física do Cegird esteja disponível no primeiro semestre de 2027, com conclusão estimada para março ou abril. A parceria foi anunciada na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, em novembro de 2025. Em janeiro de 2026, o Comitê Gestor do Fundo do Plano Rio Grande autorizou R$ 6,2 milhões para a implantação do centro, que integra o eixo de resiliência do Plano Rio Grande.

Entre as atribuições do Cerr estão criar ferramentas para avaliar a capacidade de recuperação dos territórios, desenvolver metodologias de planejamento e monitoramento e disseminar práticas de reconstrução. A unidade deverá promover a cooperação entre instituições e governos da América Latina e do Caribe e capacitar gestores. O trabalho também prevê estudos de caso e intercâmbio de conhecimento técnico entre os governos participantes.

Leite abordou a transição de governo. A equipe da próxima administração recebe informações sobre projetos em andamento para dar continuidade à agenda de resiliência. Participaram da reunião o secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, e o subsecretário de Inteligência Mercadológica, Fernando Mattos.

CORREIO
NO MUNDO

REUTERS/FOLHAPRESS



Tensão ocorre antes de eleições locais e reunião da Apec

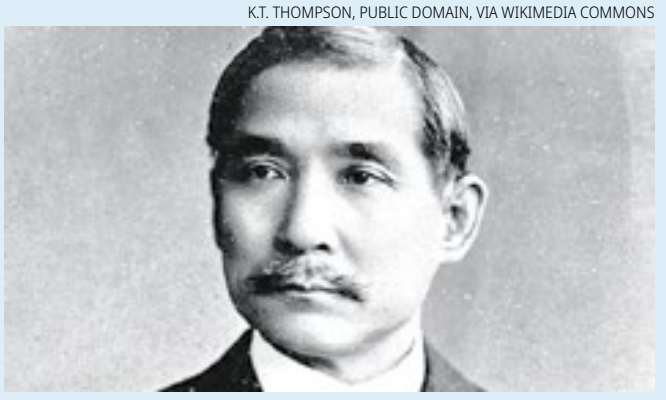
Xi Jinping diz que a reunificação de Taiwan à China é "inevitável"

O dirigente da China, Xi Jinping, afirmou nesta quinta-feira (12) que a reunificação de Taiwan à China é uma missão histórica do Partido Comunista e declarou que o processo será concretizado. A declaração foi rejeitada de maneira firme por Taipé. O discurso ocorre um dia depois de os ministros das Relações Exteriores do G7 criticarem, em declaração conjunta, o aumento da pressão militar e marítima de Pequim sobre a ilha. Em discurso no Grande Salão do Povo, em Pequim, Xi falou que "a maré da história não pode ser detida" e que "a reunificação completa da pátria deve ser alcançada e certamente será alcançada". Afirmou ainda que a China mantém o compromisso com a "reunificação pacífica" e com a política de "um país, dois sistemas", e que está disposta a dialogar desde que seja respeitado o "princípio de uma só China". Todos os chineses, inclusive os que vivem em Taiwan, devem unir esforços contra as forças "separatistas", acrescentou.

Ministério da Defesa detectou aeronaves

Embora Xi não tenha citado o uso da força, opção que Pequim nunca descartou, as Forças Armadas da China operam diariamente ao redor da ilha. O Ministério da Defesa de Taiwan informou ter detectado 29 aeronaves militares chinesas, entre caças J-16 e drones em patrilha ao redor da ilha, realizada em coordenação com navios de guerra chineses. As operações ampliam a preocupação de Taipé com a capacidade chinesa de restringir o acesso marítimo à ilha e às rotas estratégicas da região.

K.T. THOMPSON, PUBLIC DOMAIN, VIA WIKIMEDIA COMMONS



Xi falou em homenagem aos 160 anos do nascimento de Sun Yat-sen

China considera Taiwan parte de seus domínios

A China considera Taiwan, governada democraticamente, parte de seu território. O modelo de "um país, dois sistemas" não tem apoio de nenhum dos principais partidos taiwaneses. Um porta-voz do Conselho para Assuntos do Continente afirmou que nem o governo nem a população da ilha podem aceitar a fórmula, que significaria submeter-se ao regime autoritário do Partido Comunista. Taiwan considera as águas a leste de seu território fundamentais para o abastecimento por parte de aliados em caso de guerra ou bloqueio.

Discurso em homenagem a Sun Yat-sen

Um eventual cerco marítimo poderia comprometer rotas comerciais e dificultar a chegada de apoio externo. Xi falou em homenagem ao 160º aniversário de nascimento de Sun Yat-sen, líder da revolta de 1911 que pôs fim ao governo imperial e instaurou a República da China. Pequim o considera herói nacional e precursor da revolução comunista de 1949, que levou o governo derrotado da República da China a fugir para Taiwan.

Starlink na Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, afirmou nesta quinta-feira (12) que o Exército enfrenta novas restrições no acesso à internet via satélite Starshield, serviço da SpaceX, de Elon Musk, considerado crucial para as comunicações na linha de frente da guerra. A reclamação não é nova, e vem coincidindo com a aproximação de Trump a Vladimir Putin.

Interrupções diárias

"Nossas unidades registram há vários dias interrupções significativas no funcionamento da Starshield em território ucraniano", declarou nas redes sociais. "Não são erros aleatórios. Isto está ajudando os russos a matar mais ucranianos e a executar ataques mais precisos."
O Starshield é a versão militar da internet Starlink.

Zelenski suspeita

Os primeiros problemas foram relatados pela Ucrânia no mês passado, após Zelenski criticar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por seu acordo com a Rússia para a compra de diesel. Naquela ocasião, o serviço ficou vários dias com interrupções antes de ser restabelecido. Trump e Musk negam responsabilidade pelos cortes.

Proximidade com Putin

Já o empresário acusou a Ucrânia de uso indevido da ferramenta. As novas falhas coincidem com a chegada ao Kremlin, nesta quinta, dos enviados americanos Jared Kushner, genro de Trump, e Steve Witkoff, para uma reunião com o presidente da Rússia, Vladimir Putin. O encontro ocorre após dias de tratativas de paz em Abu Dhabi.

Reunião de paz

Os negociadores de Moscou e de Kiev relataram avanços, mas não houve anúncios concretos. Depois de ver Putin, os enviados seguirão para Dublin, onde informarão Zelenski, que está na capital irlandesa para se reunir com líderes europeus. Kushner disse que a reunião desta quinta serviria para buscar avanços, "porque vemos algumas brechas e oportunidades".

Troca de prisioneiros

Segundo ele, há áreas em que os dois lados podem chegar a soluções de compromisso e outras que exigem mais debate, mas as conversas foram "um bom primeiro passo". Ele se recusou a detalhar em quais. Um dos resultados anunciados após as conversas foi um acordo para troca de prisioneiros de guerra, que poderá envolver até 1.200 militares de cada lado.

REUTERS/FOLHAPRESS



Agentes do ICE terão que usar câmeras corporais obrigatórias

EUA batem recorde de prisões e deportações de imigrantes

Trump volta a instrumentalizar o tema da migração após as midterms

Por **Mayara Paixão (Folhapress)**

O governo de Donald Trump anunciou nesta quinta-feira (12) que atingiu recorde de detenções e deportações de imigrantes na história dos Estados Unidos no último ano fiscal (período de 12 meses consecutivos contados de outubro de um ano a setembro do outro). As ações contra imigrantes em situação irregular orquestradas desde que o republicano retornou à Casa Branca e tratadas como uma de suas prioridades nessa segunda gestão já pavimentavam o caminho para esse recorde, agora propagado pelo governo como tentativa de atenuar o fracasso nas eleições de meio de mandato.

O Departamento de Segurança Interna, pasta responsável pelo ICE, a polícia de imigração, disse que no ano fiscal que terminou em setembro mais de 491 mil imigrantes foram detidos, e mais de 483 mil, deportados. Para efeitos de comparação, em 2024, último ano do governo de Joe Biden, foram 113 mil detenções e 271 mil deportações.

Ainda segundo a pasta, cerca de 475 mil dessas detenções são as chamadas "prisões administrativas", ou seja, ocasionadas por processos imigratórios civis, como quando um imigrante permanece no país sem ter um visto válido, não criminais. Isso indica que somente uma minoria é presa por ser acusada ou culpada por crimes.

Na soma, os dois primeiros anos de Trump 2 já levaram à deportação de 1,2 milhão de imigrantes e à prisão de 1,25 milhão. O governo diz que, no total, 3 milhões de imigrantes deixaram o país, contas que são pouco claras. Infere-se que elas incluem imigrantes que decidiram voltar, em teoria voluntariamente, a seus países de origem após serem ameaçados de deportação. Ou, então, que as cifras também consideram os imigrantes expulsos diretamente na fronteira.

O governo tem feito uma ampla campanha de propaganda sobre as deportações e compartilhado nas redes sociais os perfis de imigrantes detidos com acusações criminais, ainda que eles sejam uma minoria.

Ao anunciar o recorde nesta quinta-feira, o governo compartilhou o que chama de exemplos dos "piores ilegais presos pelo ICE". Há um brasileiro na lista.

Embora as ameaças de Trump contra os imigrantes em situação irregular tenham ajudado a levá-lo de volta à Casa Branca nas eleições de 2024, a concretização dessas medidas não foi suficiente para manter seu apoio nas eleições para o Congresso da semana passada. A queda no poder de compra dos americanos difundiu uma insatisfação generalizada.

Trinca de ouro vai da base do Vasco à Seleção Brasileira em apenas quatro anos

Companheiros de Sub-20 no Vasco, Andrey Santos e Marlon Gomes retomam parceria na Amarelinha

Por **Pedro Sobreiro**

RAFAEL RIBEIRO | CBF



Rayan, Marlon Gomes, Andrey Santos e o goleiro Phillipe Gabriel, do atual sub-20 do Vasco, estão representando a Seleção Brasileira nesta Data FIFA

Destaques desde as categorias de base do Vasco da Gama, Andrey Santos e Marlon Gomes são considerados duas das maiores joias do meio-campo do futebol brasileiro. Mais do que só talento bruto, a dupla se destacou desde cedo pelo psicológico forte, característica que fez deles destaques do Cruzmaltino na campanha do acesso para a Série A do Brasileirão em 2022, quando tinham entre 17 e 18 anos de idade.

Andrey se destacou mais cedo, se consagrando como o craque do acesso vascaíno em 2022. Dominando a "volância" como gente grande, o meio-campo logo chamou atenção do futebol europeu e foi comprado pelo Chelsea. Agora no Manchester United, depois de se destacar na França, o volante busca se firmar como um dos pilares da meiuca da Seleção - e quer usar os amistosos desta Data FIFA para isso.

– Para ser sincero, me sinto muito confiante. Acho que esta nova trajetória é muito importante para todos e também para mim, porque ainda sou jovem, tenho apenas 22 anos. Quando falamos da Seleção Brasileira, isso é muito importante para mim, porque sempre sonhei com este momento. Estou muito feliz por estar aqui. Claro que preciso fazer o meu trabalho no clube para poder estar aqui – disse o atleta, em entrevista coletiva em Singapura.

Além de Marlon, Andrey também volta a dividir vestiário com Rayan, outro Cria da Colina, que demorou mais a chegar ao profissional, mas já é figurinha carimbada de Ancelotti nas convocações.

– É motivo de muito orgulho, não só por mim, mas pelos meus companheiros, Marlinho e Rayan. Marlinho e eu moramos juntos no alojamento, crescemos juntos desde a base. Na última convocação, ele me mandou uma mensagem desejando os parabéns, e eu respondi dizendo que logo estaríamos próximos. Não demorou muito e hoje estamos aqui. O Rayan nem se fala. Crescemos juntos. Tivemos a oportunidade de jogar uma Copinha juntos. É um garoto especial e fico muito feliz de estar junto com ele – afirmou.

Craque das seleções de base

Já Marlon Gomes, também na entrevista coletiva, refletiu sobre sua trajetória nas seleções brasileiras de base e disse se sentir em casa na Seleção principal. Entre 2019 e 2024, "Marlinho" atuou nas categorias Sub-16, 17, 18, 20 e 23 da Seleção Brasileira. No entanto, fazia dois anos que ele no vestia a camisa verde e amarela, dado o limite de idade, e isso vinha incomodado. Por isso, sua estreia pelo time principal é tão especial.

– Vivi muito tempo aqui, desde a base. Comecei a frequentar a Seleção com 15 anos, então sempre foi a minha segunda casa. Toda vez que tinha convocação, eu estava, juntamente com o Andrey. Tenho muitos amigos que conheço desde a base e fico muito feliz de poder reencontrá-los e de voltar à Seleção depois de um longo tempo, agora na Seleção Principal – disse o meia, com um largo sorriso no rosto.

Pai muito jovem, aos 15 anos de idade, Marlon transformou a incerteza de um vida sem condições financeiras, em uma promessa: ele viraria jogador de futebol e chegaria à Seleção para mudar as vidas de quem amava.

– Eu era muito novo e não tinha condições financeiras. Quando minha mãe soube, choramos juntos: eu, ela e a mãe da minha filha. Prometi mudar a nossa vida, não só da boca para fora, mas também me tornar um grande jogador e um jovem de respeito que chegaria na Seleção. Cumpri essa promessa – contou.

A Seleção Brasileira encara o Japão às 7h15 (de Brasília) de sábado (14) e vai a campo pela última vez neste ano contra Singapura, na próxima terça (17), às 7h (de Brasília). Ambos os amistosos serão realizados no Estádio Nacional de Singapura.

Red Bull e Racing Bulls estabilizam suas equipes na Fórmula 1

Por **Pedro Sobreiro**

VCARB / RED BULL CONTENT POOL



Arvid Lindblad e Liam Lawson seguirão na Racing Bulls em 2027

Nos últimos anos, a única certeza acerca das equipes da Red Bull na Fórmula 1 era a vaga do tetracampeão mundial Max Verstappen na Red Bull Racing. Desde a saída de Daniel Ricciardo da RB, em 2018, Max já teve seis companheiros de equipe diferentes. O mais notável foi o mexicano Sergio Pérez, que desempenhou papel defensivo impecável de 2021 a 2024, justamente as temporadas que Max conquistou o campeonato de pilotos.

Porém, nos outros anos, o segundo assento da escuderia rodou entre pilotos como Pierre Gasly, Alexander Albon, Liam Lawson e Yuki Tsunoda até chegar ao jovem Isack Hadjar. Desempenhando bom papel como segundo piloto, Hadjar conquistou seus pódios e o mais importante: não atrapalhou Max. Com isso, ele está com vaga garantida para 2027. Um feito desde a saída de Pérez.

Na Racing Bulls, equipe secundária da marca, as mudanças de piloto foram tão grandes quanto as mudanças de nome da antiga Toro Rosso, passou a se chamar AlphaTauri e agora é a Racing Bulls.

Com uma temporada bastante regular em 2026, a equipe anunciou a renovação com Liam Lawson e Arvid Lindblad para 2027. Parece que as equipes da Red Bull enfim encontraram a sonhada estabilidade no campeonato.

Congresso muda orçamento pela Copa do Mundo Feminina

Por **Lucas Pordeus León (Agência Brasil)**

O Congresso Nacional aprovou, na quinta (12), projeto de lei que flexibiliza regras fiscais e orçamentárias para a realização da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027, no Brasil entre 24 de junho e 25 de julho. De autoria da Presidência da República, o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 5 de 2026 prevê exceções pontuais a algumas regras Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os pontos que podem ser flexibilizados, estão a proibição de criação de novas despesas obrigatórias em 2026; exigência de comprovação de que despesas continuadas não comprometem o cumprimento da meta fiscal; apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; restrição à contratação de novo empréstimo quando houver outro da mesma natureza ainda não quitado; limitações à ampliação, à prorrogação ou à extensão de benefícios tributários.

Trata-se de evento de grande envergadura internacional, cujo planejamento e execução demandam a adoção tempestiva de providências de natureza jurídica, administrativa e orçamentária, justificou o relator Luiz Gastão (PSD-CE).

Estudo da FGV Projetos, encomendado pela Embratur, calcula que o torneio tem potencial para movimentar cerca de R$ 8,8 bilhões no país, com criação de 73 mil empregos, entre vagas diretas e indiretas. Os pesquisadores estimam que cerca de 2 milhões de pessoas devem acompanhar o campeonato, o que fortalece setores como hotelaria, transporte, alimentação e comércio.

DIVULGAÇÃO



O cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho será uma das atrações do concurso na SHB.

Hípica do Rio comemora 88 ANOS *com concurso de salto nacional e* R$ 550 MIL EM PREMIAÇÕES

Evento terá participação de atleta olímpico e campeões brasileiros e internacionais

Da **Redação**

Um concurso de salto nacional e internacional, reunindo cavaleiro olímpico e campeões no Brasil e no exterior, vai comemorar – de quarta-feira a domingo – o 88º aniversário da Sociedade Hípica Brasileira, no Rio. Com entrada franca, 18 provas programadas e obstáculos de até 1,60 metro, a competição vai distribuir R$ 550 mil em premiações ao longo dos cinco dias de disputa.

Estarão na Pista Roberto Marinho estrelas como o atleta olímpico José Roberto Reynoso Fernandez Filho, medalha de ouro por equipes no Time Brasil nos Jogos Sul-Americanos (Odesur), em setembro, na Argentina. Sócio da SHB, Reynoso é o atual líder do ranking sênior top da Confederação Brasileira de Hipismo. Outro destaque do Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB será o cavaleiro José Luiz Guimarães de Carvalho, que conquistou o segundo lugar individual no Odesur deste ano. Zé Luiz foi o vencedor do Grande Prêmio Internacional disputado em 2025 na SHB.

NOMES CONFIRMADOS

Cavaleiros da casa estarão presentes, como Rodrigo Lima, Thiago Mattos, Tiago Mesquita e Luciana Lóssio, vencedora em 2026 do GP do CSI 2*, em Wellington (EUA), considerada uma das etapas mais disputadas do circuito internacional de salto. Outra sócia e amazona que marcará presença, recém-chegada de temporada na Europa, é Stephanie Macieira, que venceu o GP Troféu Roberto Marinho disputado na Sociedade Hípica Brasileira em 2024. Novos talentos como Theo Jordão e Bernardo Guerra – recém-chegados e vencedores do Sul-Americano de Juniores - também estão inscritos no concurso que começa nesta quarta-feira.

SEIS PROVAS EM DESTAQUE

Na quarta-feira, a partir das 15h, será disputada a Prova FSB Comunicação (1,35m), com premiação de R$ 25 mil. Na quinta, o destaque fica com a Prova BTG Pactual (1,40m), a partir de 16h, com R$ 35 mil em prêmios. Sexta-feira, a Prova Santo Antônio (1,50m), a partir das 17h, terá premiação de R$ 70 mil, sendo seguida da Copa Ouro Shopping Leblon (1,40m), às 19h, com R$ 60 mil em prêmios. No sábado, a partir de 17h, a disputa será pela premiação de R$ 100 mil do Clássico G-Tech (1,45m), e, no domingo, às 14h, haverá a disputa do GP 88º Aniversário da SHB (1,55m/1,60m), que vai premiar os atletas mais bem colocados com R$ 230 mil.

SHOWS MUSICAIS, LEILÕES E EXPOSIÇÃO

O concurso de salto terá atrações também fora da pista. Na quinta-feira, às 20h, haverá um show gratuito com o cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro Tibí. Na sexta-feira, a partir das 20h30, o Happy Hour Shopping Leblon vai oferecer, também com entrada franca, um show com a cantora Camilla Marotti, que participou do programa The Voice Brasil 2026.

No sábado, às 20h, haverá o leilão Dejet One, reunindo uma seleção especial de cavalos de alto desempenho. Para o domingo, está programado um leilão beneficente, após as provas da manhã. A exposição "Galopando pela História", oferecida pela G-Tech, estará aberta de quarta a domingo tendo como tema os 88 anos da Sociedade Hípica Brasileira.

O Concurso de Salto Nacional e Internacional 88º Aniversário da SHB tem como patrocinadores a Coudelaria Santo Antônio, o BTG Pactual, o Shopping Leblon, a FSB Comunicação, a Fundação Cesar Morani, a G-Tech, a Diferencial, a ALA Solutions e a Vila Hípica Verona, e conta com o apoio da Cachaça da Quinta, Crepes Bon Profit, Giorno Bagno, Injoy Suítes, Jotabê Pizzaria, Maison du Cavalier, Malta Beef Club, Miss Noir, Pineapple, Revista Esporte Equestre, Royal Horse e Rituaali Clínica & Spa.


TEM SEMPRE UMA
SALA VIP PERTO
DE VOCÊ!
No Aeroporto de Brasília você pode escolher entre cinco Salas VIP para aguardar o seu voo.
Aeroportos
VIP
CLUB
SALA VIP DOMÉSTICA
SALA VIP EXPRESS SUL
SALA VIP EXPRESS NORTE
SALA VIP INTERNACIONAL
SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB
Acesse o QR Code e confira os serviços e as condições de acesso de cada uma.